



**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
DIRETORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ODONTOLOGIA**

CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA

**Percepção de estudantes e docentes Cirurgiões Dentistas
do curso de graduação em Odontologia acerca da inclusão
da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular**

**Perception of Dental Surgeons students and professors of the
undergraduate course in Dentistry about the inclusion of the
discipline Orofacial Harmonization in the curriculum matrix**

**MARINGÁ
2022**



**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
DIRETORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ODONTOLOGIA**

CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA

Percepção de estudantes e docentes Cirurgiões Dentistas do curso de graduação em Odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular

Perception of Dental Surgeons students and professors of the undergraduate course in Dentistry about the inclusion of the discipline Orofacial Harmonization in the curriculum matrix

Dissertação formato alternativo apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Odontologia, do Centro Universitário Ingá - UNINGÁ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Odontologia, área de concentração Ortodontia, linha de pesquisa Harmonização Orofacial.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Marisa Rizzatti Barbosa.

**MARINGÁ
2022**

Machado Costa, Cieila Caroline

Percepção de estudantes e docentes Cirurgiões Dentistas do curso de graduação em Odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular / Cieila Caroline Machado Costa. Maringá, 2022 de depósito.
000 p. : il. ; 31 cm.

Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Uningá Uningá, 2022.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Célia Marisa Rizzatti Barbosa.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

Assinatura:

Data:

Comitê de Ética da UNINGÁ
Protocolo nº: 5.108.619
Data: 16 de Novembro de 2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA

Percepção de estudantes e docentes Cirurgiões Dentistas do curso de graduação em Odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular

Perception of Dental Surgeons students and professors of the undergraduate course in Dentistry about the inclusion of the discipline Orofacial Harmonization in the curriculum matrix

Dissertação em formato alternativo apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Odontologia, do Centro Universitário Ingá - UNINGÁ, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Odontologia, área de concentração Ortodontia; linha de concentração em Harmonização Orofacial.

Maringá, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Célia Marisa Rizzatti Barbosa
Orientadora - UNINGÁ

Prof. Dr. _____
Instituição

Prof. Dr. _____

UNINGÁ

DEDICATÓRIA

Dedico a todos aqueles que acreditaram em mim.

Em especial ao meu filho MATEUS, que nesta etapa, diante da minha ausência, foi o suporte para que eu concluísse o meu objetivo. Te amo meu filho.

AGRADECIMENTOS

"Agradeço a Deus por todas as oportunidades permitidas a mim. Pela fé e a graça do céu, eu cheguei até aqui". E que boa é a sensação de assim ter conseguido.

Agradeço a toda a minha família, por me dar condições para suportar a saudade, as dificuldades vividas em alguns momentos deste percurso. Aos meus professores, em especial a minha orientadora Prof.^a Dr^a Célia Marisa e ao Prof^o. Dr^o José Ricardo, pela confiança, dedicação e incentivo. E a todas as pessoas incríveis que me ajudaram no desenvolvimento desse projeto.

RESUMO

Percepção de estudantes e docentes Cirurgiões Dentistas do curso de graduação em Odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular

A odontologia vem passando por várias transformações de cunho tecnológico, e por isso faz-se necessário que a grade curricular do curso de graduação também se atualize, proporcionando uma formação renovada dos estudantes e voltada à demanda social. Neste contexto insere-se a Harmonização Orofacial que vem ganhando espaço na área da odontologia, inclusive através das legislações que permitem a atuação do cirurgião dentista na plenitude de sua formação. Diante disto, o objetivo deste trabalho consiste em compreender a percepção de professores cirurgiões dentistas e estudantes de odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial (HOF) na matriz curricular do curso de Odontologia. Para atender este objetivo, foi realizada uma pesquisa virtual através de um questionário para professores cirurgiões dentistas de cursos de graduação em odontologia de todo o Brasil de universidades públicas e privadas (n=237) e outro questionário para estudantes da graduação em odontologia (n=892), também de instituições públicas e privadas. Os resultados demonstraram a concordância entre os participantes alunos e professores em ter, no currículo da Graduação de Odontologia, a disciplina HOF. Diante disso, foi possível observar que estudantes e professores acham que incluir assuntos inerentes à Harmonização Orofacial no seu amplo envolvimento técnico e científico no âmbito desta graduação, complementar a formação do futuro cirurgião dentista e trará benefícios aos cuidados oferecidos à população à luz da ciência e do ensino. Espera-se com este trabalho, contribuir com a discussão sobre a inserção da disciplina Harmonização Orofacial no currículo do curso de graduação de Odontologia com vistas a formar um profissional atualizado para atender as demandas da sociedade.

Palavras-chave: Ensino. Graduação. Harmonização Orofacial. HOF. Odontologia.

ABSTRACT

Perception of Dental Surgeons students and professors of the undergraduate course in Dentistry about the inclusion of the discipline Orofacial Harmonization in the curriculum matrix

Dentistry has been going through several technological transformations, and therefore it is necessary that the curriculum of the undergraduate course is also updated, providing a renewed training of students and focused on social demand. In this context, Orofacial Harmonization is inserted, which has been gaining a lot of space in the field of dentistry, including through legislation that allows the performance of the dental surgeon in the fullness of his training. In view of this, the objective of this work is to understand the perception of professors, dental surgeons and dentistry students about the inclusion of the Orofacial Harmonization discipline in the curriculum of the Dentistry course. To meet this objective, a virtual survey was carried out through a questionnaire for dental surgeons professors of undergraduate courses in dentistry throughout Brazil from public and private universities, and another questionnaire for undergraduate students in dentistry, also from public and private institutions. The results showed the agreement between the participants, students and professors, in having the HOF discipline in the curriculum of the Dentistry Undergraduate Course. Therefore, it was possible to observe that students and professors think that including subjects inherent to Orofacial Harmonization in their broad technical and scientific involvement in the scope of this graduation will complement the training of the future dental surgeon and will bring benefits to the care offered to the population in the light of science and teaching. It is hoped with this work, to contribute to the discussion for the inclusion of the discipline Orofacial Harmonization in the curriculum of undergraduate dentistry course with a view to training the updated professional to meet the demands of society.

Keywords: Graduation. Teaching. Dentistry. Orofacial Harmonization. *HOF*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por gênero entre os alunos incluídos no estudo.	40
Figura 2 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por tipo de instituição de ensino superior (IES) entre os alunos incluídos no estudo.	40
Figura 3 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por regiões brasileiras dos alunos incluídos no estudo.	41
Figura 4 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas dos alunos incluídos no estudo por estado brasileiro.	42
Figura 5-	Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por tempo de graduação dos alunos incluídos no estudo.	43
Figura 6 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por gênero entre os docentes incluídos no estudo.	47
Figura 7 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas dos docentes incluídos no estudo por estado brasileiro.	48
Figura 8-	Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por regiões brasileiras dos docentes incluídos no estudo.	49
Figura 9 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas dos docentes incluídos no estudo por estado brasileiro em que trabalha.	49
Figura 10 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por tipo de instituição de ensino superior (IES) dos docentes incluídos no estudo.	50
Figura 11 -	Distribuição gráfica das frequências absolutas por tipo de especialidade odontológica dos docentes incluídos no estudo.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Análise descritiva dos formulários aplicados aos alunos da graduação em Odontologia. Brasil, 22.	44
Tabela 2 -	Caracterização da amostra de docentes da graduação em Odontologia incluídos no estudo ($n = 237$). Brasil, 2022.	50
Tabela 3 -	Análise descritiva dos formulários aplicados aos docentes de graduação em Odontologia incluídos no estudo ($n = 237$). Brasil, 2022.	53

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inf.	Informação
SciELO	Scientific Electronic Library Online
ABP	Aprendizagem Baseada em Problema
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação para os cursos de nível superior
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNINGÁ	Centro Universitário do Ingá
CD	Cirurgião (ã) Dentista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1. Ensino de Odontologia no Brasil	
2.2. Diretrizes curriculares nacionais e matrizes curriculares	
2.3. Harmonização Orofacial como especialidade odontológica	
3. OBJETIVOS	26
3.1. Objetivo Geral	
3.2. Objetivos Específicos	
4. REFERÊNCIAS	28
CAPÍTULO 2: Percepção de estudantes e docentes Cirurgiões Dentistas do curso de graduação em Odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular	31
5. INTRODUÇÃO	34
6. METODOLOGIA	36
7. RESULTADOS	39
8. DISCUSSÃO	56
9. CONCLUSÃO	66
10. REFERÊNCIAS	67
CAPÍTULO 3	70
3.1 Considerações finais	70
APÊNDICE	71
Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	
Apendice B: Questionário da Pesquisa	
ANEXOS	82
CFO envia relações de instituições de ensino	
Parecer Consubstanciado do CEP	
Normas da Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências	

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro é regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei n.º 9.394 de 1996, e pelas diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, que determinam que a educação é um direito de todos os cidadãos. No âmbito do ensino em Odontologia, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecem os princípios, competências, projeto pedagógico do curso bem como estrutura e conteúdo curricular para a formação de cirurgiões dentistas em esfera nacional (Fonseca, 2012).

Ao analisar o percurso histórico da Odontologia no Brasil, é possível verificar que ele é marcado por diversas transformações, desde a concepção da prática da Odontologia como arte de cuidar dos dentes até a conquista da autonomia como ramo do conhecimento ministrado por instituições de ensino superior (Pereira, 2013). Neste contexto, a Lei no 5.081 de 24 de agosto de 1966, em vigor até os dias atuais, regulamenta o exercício da Odontologia no território brasileiro (Brasil, 1966). Com a evolução da sociedade em conjunto com o advento de novas abordagens em saúde, periodicamente, os conteúdos e matrizes curriculares dos cursos de graduação precisam ser revistos com vistas a formar um profissional atualizado e capacitado para atender as demandas e garantir o bem estar da população (Oliveira et al., 2020).

Sendo assim, o procedimento para atualização de matriz curricular nos cursos de graduação, inclui aprovação do colegiado superior da instituição, com registro em ata, e devem seguir critérios observados na Portaria Normativa nº 40/2007 do MEC, a qual determina que a matriz curricular deve atender às orientações das diretrizes curriculares do curso. Além disso, a instituição deve observar, no mínimo, o padrão de qualidade e afixar em local visível junto à Secretaria de alunos a proposta de nova matriz curricular do curso de modo que as alterações devem ser informadas imediatamente ao público, a fim de preservar os interesses dos estudantes e da comunidade universitária. Subsequentemente, a

nova proposta deve ser apresentada ao MEC, na forma de atualização, por ocasião da renovação do ato autorizado em vigor (Brasil, 2006).

Contudo, estética, harmonização, integração, multidisciplinaridade, são palavras frequentemente associadas à Odontologia contemporânea. Escuta-se sobre elas em congressos das diversas especialidades, em notícias de jornais e revistas e cada vez mais nos consultórios odontológicos, mas muito pouco durante as aulas da graduação. O peso destas ideias é inquestionável porque, de fato, representam um novo momento da Odontologia e a perspectiva de emprego para os novos profissionais (Cavalcanti et al., 2017). A Harmonização Orofacial (HOF) vem ganhando espaço e atuando como grande coadjuvante na obtenção dos resultados estéticos que os pacientes procuram (Swift; Remington, 2011). Diversos trabalhos mostram como as alterações na imagem melhoram a qualidade de vida e contribuem para o bem estar psicológico e saúde geral dos mesmos e de seus familiares (Gassia et al., 2013; Wise; Greco, 2006).

Neste contexto, os pesquisadores vêm estudando a face em diversos aspectos, com abordagens muito criteriosas, observando a interrelação entre cada tecido (ósseo, muscular, adiposo e tegumentar) e a morfologia facial. Também se tem estudado de que forma essas estruturas, isoladamente ou em conjunto, podem interferir na beleza e atratividade (Fitzgerald; Carqueville; Yang, 2019; Swift; Remington, 2011). A procura por procedimentos estéticos faciais não cirúrgicos, que melhoram a atratividade e exigem pouco tempo de afastamento das atividades rotineiras têm aumentado a cada dia (Swift; Remington, 2011). Com isso, merecem destaque o avanço da tecnologia e o desenvolvimento de materiais preenchedores seguros, que permitem modificar os contornos da face, proporcionando resultados naturais (Corotti, 2018; Swift; Remington, 2011).

Em virtude de, cada vez mais, a Odontologia contemporânea oferecer qualidade nos atendimentos sobre a Harmonização Orofacial, e estabelecer de forma organizada tais avanços, a Resolução CFO 198/2019 reconhece a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica, e a define como sendo

um conjunto de procedimentos realizados pelo cirurgião-dentista em sua área de atuação, responsáveis pelo equilíbrio estético e funcional da face (CFO, 2019). Em face da demanda de um segmento da população por estes procedimentos e das legislações vigentes, percebe-se que há uma lacuna no que se refere ao ensino da HOF nos cursos de graduação em Odontologia do Brasil, que ainda não é uma realidade em todas as instituições. É fundamental que os estudantes aprendam ainda na graduação os conceitos básicos e avançados em relação à anatomofisiologia da face, os materiais que podem ser utilizados na HOF e sobretudo, como as técnicas de HOF devem ser aplicadas. Pois, o paciente precisa de um profissional altamente qualificado para que o sucesso do procedimento seja alcançado.

Dada a escassez de estudos acerca da inclusão da disciplina de Harmonização Orofacial na graduação de Odontologia, e da necessidade de participação da comunidade acadêmica na atualização de uma matriz curricular, conforme já exposto, o presente trabalho buscará responder a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a percepção de estudantes e docentes cirurgiões dentistas do curso de graduação em Odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular do curso de graduação? Espera-se com este estudo fomentar cientificamente e de forma inédita, a discussão entre a comunidade acadêmica de odontólogos e estudantes de odontologia brasileiros acerca das competências dos futuros profissionais no que se refere à Harmonização Orofacial, com vistas a contribuir com a qualidade de vida das pessoas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Ensino de Odontologia no Brasil

Ao observar fidedignamente o percurso histórico da Odontologia no Brasil, é possível verificar que ele é marcado por inúmeras transformações; tais quantas,

levaram ao decreto do Imperador nº 9.311, de 25 de outubro de 1884, que formalizou o curso de Odontologia no Brasil, reconhecendo-o como curso superior, estabelecido nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA). Data esta que, na sociedade contemporânea, relembramos da fundação deste curso, e comemora-se o dia nacional do Cirurgião Dentista brasileiro (Pereira, 2013).

Desde então, o avanço na área tem sido frequente. Morita et al em 2010, apresentaram pela primeira vez e à luz da ciência, o perfil dos cirurgiões dentistas brasileiros. Nesta pesquisa, os autores relataram existir 220.000 profissionais registrados no Conselho Federal de Odontologia naquele ano. Ainda neste estudo, observou-se que ocorreu um considerável aumento no número de escolas, sobretudo nos últimos 30 anos analisados, sendo que, em 2008, 197 cursos de odontologia foram cadastrados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Posteriormente, dados apresentados pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), demonstraram que, em 2015, o Brasil possuía 220 instituições cadastradas com o curso de Odontologia. Em 2019, o número de instituições subiu para 412, um total de 192 a mais, representando um aumento de 87%, quando comparado à 2015 (CFO, 2019), o que passou a ter uma maior atenção do CFO. Além disso, em 2018 Martin et al, reportaram a existência de 220 Cursos de Odontologia até então no Brasil.

Atualmente, de forma geral, estima-se que no Brasil tenha-se ~348.000 cirurgiões-dentistas e ~55.000 alunos de graduação, distribuídos heterogeneamente nas cinco regiões brasileiras. O levantamento de dados relativos à quantidade de CD foi realizado com base nos dados estatísticos encontrados na plataforma digital do CFO (CFO, 2020).

Este avanço da profissão é resultado do processo de modernização da sociedade que é latente na história humana, gerado pelas tensões, que conseqüentemente provocam mudanças contínuas, e hoje isto ocorre de uma forma mais acentuada e dinâmica, pois se esperam decisões e ações competentes. Esse processo de modernização deve e carece caminhar junto com o desenvolvimento

humano, como condição consciente para a conquista de autonomia através do aprendizado (Aquino, 2005).

A evolução da profissão de cirurgião-dentista caminhou em paralelo ao estabelecimento do marco regulatório. A Odontologia brasileira sofisticou-se e incorporou novas tecnologias e procedimentos, além de criar nichos de atuação (CFO, 2017). Diante deste percurso histórico da Odontologia no Brasil, suas transformações, desde a concepção da prática da Odontologia como arte de cuidar dos dentes, até a conquista da autonomia como área do conhecimento ministrado por instituições de ensino superior (Pereira, 2013), culminou com a elaboração de atos normativos contidos no processo legislativo, a Lei no 5.081 de 24 de agosto de 1966 em vigor até os dias atuais, que regulamenta o exercício da Odontologia no território brasileiro, representada pela Constituição Federal (Brasil, 1966).

“Lei 5.081-24 de agosto de 1966. Regula o exercício da Odontologia. Lei do Cirurgião Dentista: Art. 1º. O exercício da Odontologia no território nacional é regido pelo disposto no presente. Art. 2º. O exercício da Odontologia no território nacional só é permitido ao cirurgião-dentista habilitado por escola ou faculdade oficial ou reconhecida, após o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior, no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, na repartição sanitária estadual competente e inscrição no Conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade” (Brasil, 1966, página 1).

Com a evolução da sociedade em conjunto com o advento de novas abordagens em saúde, periodicamente, os conteúdos e matrizes curriculares dos cursos de graduação precisam ser revistos com vistas a formar um profissional atualizado e capacitado para atender as demandas e garantir o bem estar da população (Oliveira et al, 2020).

2.2. Diretrizes curriculares nacionais e matrizes curriculares

Neste contexto, o sistema educacional brasileiro, é regido pela Lei de Bases da Educação (LDB) – Lei n.º 9.394 de 1996, e pelas diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, que determinam que a educação é um direito de todos os cidadãos. No âmbito do ensino em Odontologia, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecem os princípios, competências, projeto pedagógico do curso bem como estrutura e conteúdo curricular para a formação de cirurgiões dentistas em esfera nacional (Fonseca, 2012).

Para a área odontológica, as novas diretrizes curriculares aprovadas pela Resolução CNE/CES 3/2002 de 19/02/2002 propõem que: “Curso de Graduação em Odontologia tem como perfil do formando egresso/profissional o Cirurgião-Dentista, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico. Capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade”.(Diário Oficial da União pg 1, 2021)

Portanto, para formar profissionais com esse perfil, o papel do professor ocupa lugar de destaque. O Art. 9º dessa resolução propõe que o “Curso de Graduação em Odontologia deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência” (Garbin et al, 2005).

Importantes pesquisas sobre o ensino, despertou nos pesquisadores o

interesse em conhecer novos mecanismos, que contribuem para o desempenho do aprendizado. Em 2017, Toledo narra sobre a publicação de um estudo qualitativo realizado em 2012, descrito na editora SUNY Press. Os pesquisadores entrevistaram 55 membros de um corpo docente de diversas disciplinas na Universidade de Washington sobre maneiras que usaram para adaptar seu ensino para que os alunos pudessem ter uma melhor aprendizagem. Os resultados foram que quase todos os educadores mudaram exercícios e conteúdos em cada semestre para experimentar novas formas de conseguir envolver os alunos no aprendizado. Além disso, alguns professores conceituados disseram ter falta de confiança no ensino de um curso em que eles mesmos lecionaram no passado, sugerindo que pode haver necessidade de os instrutores se atualizarem e praticarem seus procedimentos de ensino de forma contínua (Jonhson, 2014; Toledo, 2017).

O empenho em elaborar interpretações e mecanismos para a ação da implantação de novos projetos para o ensino, eleva autores como Garbin et al, 2005, que discorrem, em uma revisão sistemática publicada na Revista Abeno, sobre o projeto pedagógico que constitui-se de uma proposta conjunta de trabalho que visa o engajamento dos segmentos docente, discente e administrativo, a eficiência do processo e a qualidade da formação plena do aluno em termos científico-culturais, profissionais e de cidadania. E complementa, que é preocupação também das Diretrizes Curriculares a questão da metodologia de ensino-aprendizagem, que deve sempre propiciar aos alunos uma ativa participação nesse processo (Garbin et al, 2005).

Ao abordar sobre as DCNs, Teixeira Junior, em 2020, aponta uma enfática condição a respeito das aprovações de Diretrizes Curriculares do Ensino Superior, e enfatiza que as datas de aprovação das DCNs não coincidem com as datas de suas efetivas instituições no país. A instituição de uma DCN se dá por meio de resolução, que pode ocorrer desde poucos meses após sua aprovação até vários anos. Isso porque, após a divulgação do parecer que aprova determinadas diretrizes, podem ocorrer novas movimentações e debates no interior daquela categoria profissional e

isso deve gerar alterações nas diretrizes.

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia, bacharelado, a serem observadas na organização curricular das Instituições de Educação Superior (IES) do país.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Odontologia estabelecem os princípios, os fundamentos e as finalidades para a formação em Odontologia, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), para a aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Odontologia das IES” (Diário Oficial da União, 2020).

Para o efeito da aprendizagem real e efetiva, é preciso a definição dos objetivos e que o aluno exerça uma atividade reflexiva. O aluno precisa ter interesse, empenho e estar impulsionado a estudar e a aprender; no entanto, a motivação é muito importante. Essa motivação do aluno pode ser despertada por meio do processo de ensino-aprendizagem. Freitas et al. (2009) relatam a importância de despertar no aluno o interesse para se questionar, pensar, avaliar, ou seja, um aluno que seja crítico com a sua educação e com o seu futuro profissional. E ainda relata que, para isso, um procedimento de ensino compatível e focado com esse objetivo deve ser adotado. O professor tem a função de incentivador (Martins, 2009).

Colocar em prática o que se aponta pelas DCNS é de uma realidade burocrática, elaborada por conjunturas importantes na solidificação do ensino. A elaboração do Projeto Político-Pedagógico - PPC, deve ser realizada para construir cada curso. Assim como, para a criação do Curso da Graduação de Odontologia. Definido pela Constituição Federal de 1988, no artigo 12, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, publicada em 1996, que propõe: “Os estabelecimentos de ensino superior, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Autores Associados, 2005).

Existe uma sequência, onde o PPC do Curso deve ser elaborado e aprovado, em primeira instância, pelo Conselho de Curso de Graduação, e pela Congregação da Unidade ou Conselho Diretor, no caso dos Campus Experimentais, com parecer da Comissão Permanente de Ensino, seguindo para aprovação dos colegiados centrais (Autores Associados, 2005). É imprescindível para a elaboração do PPC dos Cursos de Graduação, distinguir conceitos importantes para o planejamento e realização das atividades. Que podem ser conhecidos por etapas, como a conceituação referente ao Currículo, Conteúdos Curriculares e Disciplina. Saviani (2005) configura o termo “currículo” como o percurso na educação superior, em um conjunto das atividades nucleares essenciais distribuídas no espaço e tempo da Universidade a ser realizada.

Etimologicamente, currículo significa ato de correr, corrida, percurso. Na Educação Superior, pode-se afirmar que é o conjunto das atividades nucleares essenciais distribuídas no espaço e tempo da Universidade, a ser percorrido e realizado durante um Curso, tendo em vista a produção e transmissão do conhecimento relativo a esse Curso. Exemplo: Matriz curricular composta de conteúdos curriculares, disciplinas e atividades distribuídas no tempo e espaço da Universidade, e que caracteriza a essência do curso a ser realizado a partir do perfil do profissional esperado.

Não menos importante, os conteúdos curriculares são campos de estudos, também chamados áreas ou eixos, ou núcleos temáticos referentes ao conhecimento necessário para aquele curso. São identificados como essenciais para a realização do perfil do educando que se quer formar, considerando três grandes dimensões de sua formação: cidadania, formação geral e formação específica para o exercício da profissão. No entanto, os conteúdos curriculares indicam a temática por onde deve caminhar a produção e transmissão de determinada área do conhecimento em determinado Curso de Graduação, ou seja, a formação profissional. E assim articulam-se, obrigatoriamente, aos conteúdos curriculares as atividades de estágio curricular supervisionado, atividades complementares, e trabalho de Conclusão do Curso de Graduação sob orientação docente (Autores

Associados, 2005).

Ainda dentro dessa estruturação, a disciplina, etimologicamente, é um conteúdo curricular em menor escala, que indica o que o aluno deve seguir para compreender o que se tem a realizar no Curso. Em cada conteúdo curricular essencial (núcleos, ou eixos temáticos), há a subdivisão em disciplinas / atividades. E de uma forma organizada a conceituação referente à Ementa e Conteúdo Programático da Disciplina, ou também ementa da disciplina / atividade acadêmica. Neste contexto, a ementa é um breve resumo onde se faz a apresentação clara, concisa e objetiva do que se vai estudar e os procedimentos a serem realizados em uma determinada disciplina / atividade. Nesse resumo se coloca, também, a articulação com a grande área do conhecimento teórico-prático envolvida no Curso.

Ao elaborar a ementa, deve-se observar as seguintes orientações técnicas:

a) os conceitos e procedimentos essenciais da disciplina/atividade são apresentados sob a forma de frases nominais (frases sem verbo). Ex: análise dos procedimentos de.; compreensão dos conceitos de ..; descrição e catalogação das principais espécies de ...

b) a redação é contínua, sendo desnecessário que os tópicos sejam elencados em itens (um abaixo do outro);

c) a ementa não deve ser confundida com rol de assuntos constantes no item “Conteúdo Programático” do Plano de Ensino. As ementas das disciplinas/atividades são conteúdos curriculares e devem constar do Projeto Político-Pedagógico do Curso, como parte obrigatória.

d) formalmente, o Plano da Disciplina (Plano de Ensino) elaborado pelo professor deve constar o Nome da disciplina, o núcleo ou eixo ao qual a disciplina pertence, Ementa, Objetivos, Conteúdos Programáticos, Metodologia, Avaliação e Referências;

e) as ementas integram o Projeto Político-Pedagógico do curso. Não obstante, o Plano de Ensino articula-se ao Projeto Político-Pedagógico por meio da ementa da disciplina.

- **Exemplo de Ementa de Disciplina:**
- Eixo III – Ciências Odontológicas

- Disciplina/ Atividade: Clínica Integrada - Carga Horária: 240h

Ementa: de caráter teórico-prático, esta disciplina pretende articular, aprofundar e integrar os conhecimentos adquiridos nas especialidades odontológicas de tal modo que os alunos do curso sejam mobilizados em suas atitudes e condutas, para adquirir e desenvolver capacidades que lhes permitam compreender a importância do exame, do planejamento, do plano de tratamento e da inter-relação de procedimentos na prática da clínica geral (Autores Associados, 2005).

Já o conteúdo programático, consiste no detalhamento de conhecimentos, habilidades e atividades da disciplina, ordenados em sequência lógica, os quais possibilitam o alcance dos objetivos preestabelecidos em um processo ensino-aprendizagem, a fim de se chegar ao que se pretende naquela determinada disciplina/campo de estudo do Curso. Podem ser escritos em forma de rol de conteúdos ou de assuntos, porém, nunca aleatoriamente. Importante: os conteúdos programáticos devem estar articulados ao objetivo da disciplina, ao núcleo (ou eixo) e ao curso, por meio do Projeto Político-Pedagógico (Autores Associados, 2005; Zanata et al, 2013).

Mudanças decorrentes dos constantes debates são citados no portal online do Ministério da Educação que descreve o percurso do procedimento para atualização de matriz curricular. Nos cursos de graduação, este processo inclui aprovação do colegiado superior da instituição, com registro em ata, e devem seguir critérios observados na Portaria Normativa nº 40/2007 do MEC, a qual determina que a matriz curricular deve atender às orientações das diretrizes curriculares do curso. A instituição tem autonomia para alterar a grade curricular do curso, devendo esta alteração ser aprovada pelo colegiado superior da instituição, com registro em ata (Brasil, 2007).

Para tanto, alguns critérios devem ser observados, de acordo com a Portaria Normativa nº 40/2007:

- 1 – A grade curricular deve atender às orientações das diretrizes curriculares do curso;
- 2 – A instituição deve observar, no mínimo, o padrão de

qualidade e as condições em que se deu a autorização do curso;

3 – A instituição deve afixar em local visível junto à Secretaria de alunos a matriz curricular do curso;

4 – As alterações devem ser informadas imediatamente ao público, de modo a preservar os interesses dos estudantes e da comunidade universitária, e apresentadas ao MEC, na forma de atualização, por ocasião da renovação do ato autorizado em vigor (Portaria MEC nº 40/2006, artigo 32);

5 – A instituição deve informar aos interessados, antes de cada período letivo, os programas do curso e demais componentes curriculares, duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições (Lei 9.394/96, artigo 47).

Ressalte-se que o aluno não tem direito adquirido no que tange à grade curricular, ou seja, não é obrigatório que a grade curricular inicialmente proposta não se altere ao longo do curso (BRASIL, 2007).

2.3. Harmonização orofacial como especialidade odontológica

Preocupada com a formação e a qualidade dos atendimentos dos Cirurgiões Dentistas, o CFO elaborou uma sucessão de declarações e de posicionamentos, para ajudar a classe Odontológica, a fim de estabelecer uma forma planejada com continuidade de aprendizado no cuidado do atendimento e estudos, de acordo com totais competências atribuídas à estes profissionais. No início de 2019, o CFO publicou a Resolução 198/2019 reconhecendo a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica, fundamentando-a na existência de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior.

Além disso, elencou diversos procedimentos pertencentes à especialidade, como o uso da toxina botulínica, dos preenchedores faciais, de biomateriais indutores percutâneos de colágeno, fios orofaciais, a realização de lipoplastia facial, bichectomia e correção dos lábios. É fundamental ressaltar que a referida resolução não altera ou suspende as resoluções anteriores, havendo assim, uma nova incompatibilidade com a Consolidação das Normas para Procedimentos nos

Conselhos de Odontologia, assim como com a Resolução 100/2010, a qual estabelece como competência do cirurgião-dentista apenas as cirurgias estéticas funcionais do aparelho mastigatório (Rezende Machado et al, 2020).

RESOLUÇÃO CFO-198, de 29 de janeiro de 2019

Reconhece a Harmonização Orofacial como especialidade

Considerando que o Código de Ética Odontológica dispõe que a Odontologia é uma profissão que se exerce em benefício da saúde do ser humano e da coletividade sem discriminação de qualquer forma ou pretexto e que é dever do cirurgião-dentista manter atualizados os conhecimentos profissionais técnicos, científicos e culturais necessários ao pleno desempenho do exercício profissional; e, Considerando, ainda, a necessidade de regulamentar essa especialidade, em virtude da já existência de cursos de pós-graduação autorizados pelo MEC, em instituições de ensino superior, com o objetivo formar cirurgiões-dentistas especialistas em harmonização orofacial:

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica.

Art. 2º. Definir a Harmonização Orofacial como sendo um conjunto de procedimentos realizados pelo cirurgião-dentista em sua área de atuação, responsáveis pelo equilíbrio estético e funcional da face.

Art. 3º. As áreas de competência do cirurgião-dentista especialista em harmonização Orofacial, incluem:

5. a) praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação de acordo com a Lei 5.081, art. 6, inciso I;

6. b) fazer uso da toxina botulínica, preenchedores faciais e agregados leucoplaquetários autólogos na região orofacial e em estruturas anexas e afins;

7. c) ter domínio em anatomia aplicada e histofisiologia das áreas de atuação do cirurgião dentista, bem como da farmacologia e farmacocinética dos materiais relacionados aos procedimentos realizados na Harmonização Orofacial;

8. d) fazer a intradermoterapia e o uso de biomateriais indutores percutâneos de colágeno com o objetivo de harmonizar os terços superior, médio e inferior da face, na

região orofacial e estruturas relacionadas anexas e afins;

9. e) realizar procedimentos biofotônicos e/ou laserterapia, na sua área de atuação e em estruturas anexas e afins; e,

1. f) realizar tratamento de lipoplastia facial, através de técnicas químicas, físicas ou mecânicas na região orofacial, técnica cirúrgica de remoção do corpo adiposo de Bichat (técnica de Bichectomia) e técnicas cirúrgicas para a correção dos lábios (liplifting) na sua área de atuação e em estruturas relacionadas anexas e afins.

10. Art. 4º. Será considerado especialista em Harmonização Orofacial com direito a inscrição e ao registro nos Conselhos de Odontologia, o cirurgião-dentista que atender ao disposto nesta Resolução.

Art. 5º. Serão reconhecidos como cursos de especialização em Harmonização Orofacial os que contenham carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas, divididas, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas na área de concentração, 50 (cinquenta) horas na área conexa e 50 (cinquenta) horas para disciplinas obrigatórias.

§ 1º Na área de concentração deverão constar, no mínimo, disciplinas de preenchedores faciais e toxina botulínica, fios orofaciais, lipoplastia facial, agregados leuco-plaquetários autólogos, mesoterapia e indutores percutâneos de colágeno e fototerapia facial.

§ 2º Na área conexa deverão constar, no mínimo, disciplinas de anatomia de cabeça e pescoço, histofisiologia, anatomia da pele (epiderme, derme e tecido subcutâneo), farmacologia e farmacoterapia.

§ 3º Na área obrigatória deverão constar, no mínimo, as disciplinas de ética e legislação odontológicas, metodologia científica e bioética.

Art. 6º. O Coordenador do curso de especialização em Harmonização Orofacial deve ser, no mínimo, pós-graduado (stricto sensu) em Odontologia.

Art. 7º. O corpo docente da área de concentração deverá ser composto, exclusivamente, por especialistas em Harmonização Orofacial registrados no Conselho Federal de Odontologia.

Art. 8º. O Conselho Federal de Odontologia registrará o título de especialista em Harmonização Orofacial exclusivamente obtido por instituições credenciadas pelo Sistema Conselho ou de ensino regulamentadas pelo MEC.

Art. 9º. Também terá direito ao registro como especialista em Harmonização Orofacial o cirurgião-dentista que:

1.a) presente, a qualquer tempo, o certificado de conclusão ou comprove a efetiva coordenação de curso de especialização nesta área iniciado antes da vigência desta norma e regulamentado pelo MEC;

2.b) possuindo especialidade registrada em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, comprove, em até 180 (cento e oitenta) dias, atuação efetiva em harmonização orofacial nos últimos 5(cinco) anos;

3.c) possuindo qualquer outra especialidade registrada, comprove, em até 180 (cento e oitenta) dias, atuação efetiva nos últimos 5 (cinco) anos e a realização de cursos, que totalizem no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, e que contenham conteúdos práticos com pacientes na área de preenchedores faciais e toxina botulínica, fios faciais, lipoplastia facial, agregados leuco-plaquetários autólogo, mesoterapia e indutores percutâneos de colágeno e fototerapia facial (CFO, 2019).

Estamos acostumados com um passado de regras, e para essa observação, Cavalcanti, em 2017, discorreu sobre a necessidade da Harmonização Orofacial, onde afirma que é preciso observar e vivenciar o momento atual da sociedade. Vivenciar o que querem nossos pacientes, identificar cuidados na saúde, função, beleza, rejuvenescimento, harmonia e bem estar. São pedidos que vão além do sorriso, onde suas observações ressaltam ainda que para tudo isso, requer um profissional atualizado com terapêuticas estéticas e cosméticas, seja para aplicá-las ou indicá-las.

A procura por tratamentos estéticos e rejuvenescedores se apresenta de forma crescente na sociedade, circunstância que também se evidencia na Odontologia, na qual muitos profissionais objetivam, majoritariamente, o realce da beleza do paciente. Nesse quadro, muitos cirurgiões-dentistas têm realizado procedimentos com o objetivo de harmonizar dentes, lábios e face como um todo, o que precisa ser analisado à luz da legislação vigente, considerando também as normas administrativas e resoluções pertinentes (Rezende Machado et al, 2020).

É inevitável que haja uma evolução contínua das ciências, dentre elas, a Odontologia. Esta não pode estagnar. Com essa progressão constante, despontarão novas Resoluções, permitindo que novos tratamentos e procedimentos sejam feitos por cirurgiões-dentistas, o que ocorreu em relação a preenchedores faciais e toxina botulínica (Rosa et al, 2017). Contudo, a legislação e as resoluções vigentes ainda são deficientes quanto a esse novo campo de atuação, existindo desacordo entre profissionais de categorias distintas sobre os limites de atuação, o que traz mais incertezas e controvérsias sobre a permissibilidade dos procedimentos para a Odontologia (Rezende Machado et al, 2020).

A Odontologia é uma grande aliada, não apenas no restabelecimento da função e bem-estar, mas, principalmente, na busca por um sorriso em harmonia com uma face equilibrada, o que é definido como beleza e jovialidade (Cavalcanti et al, 2017). O conceito de Saúde definido pela Organização Mundial de Saúde é amplo e não se restringe apenas a ausência de enfermidades, definindo que saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (Brasil, 2020).

A expectativa de vida subiu grandemente durante as últimas décadas, devido aos fatores socioeconômicos, alimentares e não sedentários, provocando assim uma maior preocupação das aparências faciais. Diante disto, muitos submetem-se a procedimentos estéticos com o objetivo de diminuir os efeitos adversos que o tempo traz (Silva Neto et al, 2020). Nesse sentido, a odontologia moderna tem se preocupado cada vez mais com a saúde do paciente como um todo e não apenas com a presença de doenças bucais. O objetivo é desenvolver práticas e habilidades profissionais capazes de promover saúde através de uma harmonia dentária e facial, podendo ser uma aliada não apenas no restabelecimento da função, mas também na busca do bem-estar do paciente através de um sorriso harmônico e equilibrado com a face. Os conceitos hoje vigentes para o diagnóstico e plano de tratamento odontológico remetem ao equilíbrio e harmonia dos traços faciais (Lopes Machado, 2020).

A demanda por estética e rejuvenescimento vem crescendo progressivamente na sociedade, assim como ocorre com a oferta de produtos, técnicas e equipamentos que prometem realçar a beleza e minimizar os sinais de envelhecimento, tornando os procedimentos cada vez mais complexos, por serem produtos do desenvolvimento técnico-científico (Rezende Machado, 2020). Geralmente esse aprendizado tem sido oferecido em cursos de capacitação profissional aos cirurgiões dentistas já graduados. No entanto, em virtude da crescente demanda de aplicações dentro da odontologia, esse ensino, deverá, paulatinamente, ser implementado na grade curricular dos cursos de odontologia, e isso sugere revisar projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação visando à adequação ao novo momento e às novas necessidades em saúde (Rizzatti- Barbosa et al, 2019).

Assim, muitas instituições de ensino, no decorrer de 2020 e 2021, vem construindo e implementando o ensino teórico e prático sobre estes conteúdos, que poderá ser incluído no contexto de ensino do Curso de Graduação de Odontologia através de uma disciplina regular. Isto envolverá a reformulação da grade curricular para a inserção de uma nova disciplina. Já sabemos, que este processo é bastante trabalhoso e difícil. Um modo mais fácil e dinâmico para implementar esse conteúdo ao Curso de Odontologia é o seu oferecimento através de uma disciplina optativa (Rizzatti- Barbosa et al, 2019).

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Compreender a percepção de professores cirurgiões dentistas e estudantes de odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular do curso de Odontologia.

3.2. Objetivos específicos

- Observar a concordância de estudantes e professores de odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial no currículo da graduação de Odontologia.
- Identificar as sugestões dos participantes acerca de modelos para a disciplina Harmonização Orofacial.
- Auxiliar na discussão sobre o ensino da Harmonização Orofacial, como participação na formação do futuro Cirurgião Dentista.
- Gerar informações relevantes, que contribuirão na suplementação da formação acadêmica dos cursos de graduação de Odontologia brasileiros.
- Contribuir na inclusão da disciplina de Harmonização Orofacial na grade curricular seguindo as bases das diretrizes curriculares nacionais da Odontologia.
- Comparar o conhecimento de informações sobre a HOF, no período da graduação em Odontologia, analisado pelo olhar do estudante, e pelo docente.

4.REFERÊNCIAS

Autores associados. (2005). Orientações teórico práticas sobre projeto político pedagógico. UNESP: SP Disponível em [Acesso ProgradUNESP](#)

Aquino, C.G.B. (2005). *As principais características da sociedade contemporânea e meu papel como formador de profissionais da enfermagem com visão crítica da realidade social* (Curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde – Enfermagem). PROFAE/UniAraras, Brasil.

Cavalcanti A.N., Azevedo J.F.; Mathias P. (2017). Harmonização Orofacial: a Odontologia além do sorriso. *Revista Bahiana de Odontologia*. 8(2), PP. 35-6. doi: 10.17267/2238-2720revbahianaodonto.v8i2.1454

CFO-198, de 24 de outubro de 2017. Cirurgião-dentista: as conquistas e os desafios da profissão, Brasília, DF. Recuperado de <https://website.cfo.org.br/cirurgiao-dentista-as-conquistas-e-os-desafios-da-profissao/>

Corotti, KA.(2018). *Ortodontia e a harmonização orofacial*. In: Barros, T.P.; Ferrão, JR., (editors). *Atualidades em harmonização orofacial*. (pp.13-30). Ribeirão Preto, SP: Editora Tota.

Federal Council of Dentistry (CFO), Brazil. Registered professionals and entities. [accessed 2020 July 8]. <http://website.cfo.org.br/profissionais-cadastrados>

Fonseca, E. P. (2012). As Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do cirurgião-dentista brasileiro. *JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750*, 3(2), 158–178. <https://doi.org/10.14295/jmphc.v3i2.154>

Freitas, L.C.; Sordi, M.R.L.; Malavasi, M.M.S.; Freita, H.C.L. (2009). Avaliação educacional: caminhando pela contramão. Petrópolis, Brasil. Editora Vozes.

Fitzgerald, R., Carqueville, J., & Yang, PT (2019). Uma abordagem para rejuvenescimento facial estrutural com preenchedores em mulheres. *Revista Internacional de Dermatologia Feminina*, 5(1), 52-67. <https://doi.org/10.1016/j.ijwd.2018.08.011>

Garbin, C.A.S.; Saliba, N.A.; Moimaz, S.A.S.; Santos, K.T.(2005). O papel das universidades na formação de profissionais na área de saúde. *Revista Da ABENO*, 6(1): 6–10.

Gassia, V., Raspaldo, H., Niforos, F. R., & Michaud, T. (2013). Global 3-dimensional approach to natural rejuvenation: recommendations for perioral, nose, and ear rejuvenation. *Journal of cosmetic dermatology*, 12(2), 123–136. <https://doi.org/10.1111/jocd.12035>

J.M.A, Neto. Calado, J.L.T.; Melo, M.H.A.S.; Tenório, J.F., Neto.(2020). Hialuronidase: uma necessidade de todo cirurgião dentista que aplica ácido hialurônico injetável. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, vol. sup (39), pp. 1-9. doi: <https://doi.org/10.25248/reas.e2296.2020>

Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966. Regula o Exercício da Odontologia. Brasil, Brasília, DF. [Acesso em 28 de janeiro de 2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5081.htm.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394

Martins, A. S. F.(2009). Relações interpessoais: a importância do relacionamento professor-aluno. In Anhanguera Educacional, Anuário da Produção Acadêmica Docente. S.A. Vol. III(5), pp.141-147. Brasil: Anudo.

Machado, L. L. (2020). Atuação do Cirurgião Dentista na Harmonização Orofacial.(Dissertação de Mestrado Profissional em Pesquisa Clínica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Machado, A. L. R., & Silva, R. H. A. da. (2020). Conhecimento de graduandos em Odontologia sobre a Harmonização Orofacial. *Revista Da ABENO*, 20(2), 16–25. <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v20i2.904>

MEC-RESOLUÇÃO CNE/CES 3, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia., Brasília, DF. Recuperado de [resolução cne/ces 3, de 19 de fevereiro de 2002. - MEC](#)

Morita, M. C., Haddad, A. E., Araújo, M. E de. (2010). Perfil Atual e Tendências do Cirurgião Dentista Brasileiro. Editora Dental Press, Maringá, PR.

Oliveira, J. J. M. de, Almeida, N. N., Farias, M. F., Andrade, K. da S., Silva, F. V. D., & Lima Júnior, M. A. V. (2020). Inclusão dos temas de gestão nos currículos dos cursos de graduação em Odontologia no Brasil. *Archives of health investigation*, volume 10(1), 82–86. doi: <https://doi.org/10.21270/archi.v10i1.5149>

Pereira, W. (2013). Uma história da odontologia no Brasil. *Revista História & Perspectivas*, volume(25), n. 47, 24 jan. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/21268>. Acesso em: 23 mar. 2022.

Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007 - Institui o e-MEC.Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Brasília, Distrito Federal. Recuperado de http://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2007/Portaria_n40.pdf

Resolução CFO-198, de 29 de janeiro de 2019. Conselho Federal de Odontologia. Reconhece a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica, e dá outras providências, Brasília, DF. Recuperado de <http://cfo.org.br/website/wp-content/uploads/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFO-198-2019.pdf>. [Acesso em 28 de janeiro de 2021]

Rizzatti-Barbosa C.M.; Albergaria-Barbosa; J.R.A.; Disciplina de Harmonização Orofacial na Odontologia. (2019). Blog Contox. <https://www.contox.com.br/disciplina-de-harmonizacao-facial-na-graduacao/>

Rosa, K. S. S.; Rodrigues, L.S. (2017). Aspectos Éticos e Legais do uso de Toxina Botulínica e Preenchedores Faciais na Odontologia.(Trabalho de conclusão de curso de Bacharel em Odontologia). Universidade Tiradentes, Aracaju, Brasil.

Saviani, Dermeval. (2005). A Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 9ª ed. pp. 4 – 22 . Campinas, SP: Autores Associados.

Toledo, N.A.D. (2017). Análise dos procedimentos de ensino utilizados no curso de Odontologia da Universidade Federal do Espírito Santo.(Dissertação de mestrado em Clínica Odontológica) da Universidade Federal do Espírito Santo,Brasil.

Wift, A.; Remington, K.; Remington, K. BeautiPHlcation: a global approach to facial beauty. *Clin Plast Surg*, volume 38(3), pp. 347-77. doi: 10.1016/j.cps.2011.03.012. PMID: 21824535.

Wise JB, Greco T.(2006).Injectable treatments for the aging face. *Facial Plast Surg*. volume 22(2), pp.140-6. doi: 10.1055/s-2006-947720. PMID: 16847805.

Zanata, E.M.; Minguili M.G.; Daibem, A. M. L.; (2013). *Orientações teórico-práticas sobre Projeto Político-Pedagógico: conceituações*. Pró Reitoria de Graduação Unesp.https://www.iq.unesp.br/Home/graduacao/orientacoes-teorico-praticas-sobre-projeto-politico-pedagogico_conceituacoes.pdf

CAPÍTULO 2

2.1 ARTIGO

O artigo apresentado foi escrito de acordo com as normas da Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC) para a qual o artigo será submetido. Esta revista possui QUALIS A2 de acordo com a classificação da CAPES.

e-ISSN 1984-2686

ARTIGO ORIGINAL - Versão para Submissão na RBPEC

Percepção de estudantes e docentes Cirurgiões Dentistas acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na Matriz curricular

Perception of Dental Surgeons students and professors of the undergraduate course in Dentistry about the inclusion of the discipline Orofacial Harmonization in the curriculum matrix

(O texto para submissão não deve conter autoria e outras informações que permitam identificação dos autores)

Resumo:

Muitas têm sido as variações e mudanças na história da odontologia brasileira. Onde temos uma construção do ensino, e a receptividade à diversas abordagens tecnológicas e inovadoras técnicas de atendimento, voltadas para a saúde humana. Tudo isso traz uma necessidade de reestruturar a grade curricular do Curso de Graduação de Odontologia, bem como a sua atualização, o que trará ao futuro profissional, uma formação em saúde, nova e atualizada, e principalmente voltada às necessidades da demanda da sociedade. Diante disso, incluímos o fato de a Harmonização Orofacial (HOF), a qual é uma área de atuação do cirurgião dentista, que em era contemporânea, vem se demonstrando notavelmente essencial nos atendimentos em benefício da saúde e bem estar das pessoas. Precedida por suas cuidadosas deliberações, estabelecidas pelas autarquias que representam os interesses dos profissionais de Odontologia, bem como da sociedade, que se beneficia das benfeitorias dessa classe, através das legislações que permitem a atuação do cirurgião dentista na plenitude de sua formação. Em consideração a isso, este trabalho tem por objetivo compreender a percepção de professores cirurgiões dentistas e estudantes de odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular do curso de Odontologia. Para isso, a pesquisa foi realizada virtualmente, a partir de um questionário destinado a professores cirurgiões dentistas, do curso de graduação em odontologia de todo o Brasil, sendo estas instituições públicas e privadas, e outro questionário para estudantes da graduação em odontologia, também de instituições públicas e privadas. Sendo assim foi possível observar que os Professores e alunos acreditam que incluir os assuntos inerentes à Harmonização Orofacial seu amplo envolvimento técnico e científico no âmbito desta graduação, complementará a formação do futuro cirurgião dentista e trará benefícios aos cuidados oferecidos à população à luz do ensino. Espera-se com este trabalho, contribuir com a discussão para a Proposta de inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular do Programa de Graduação em Odontologia, e colaborar na construção do ensino e formação desta graduação para atender as demandas da sociedade.

Palavras-chave: Ensino; Graduação; Harmonização Orofacial; Odontologia.

Abstract:

There have been many variations and changes in the history of Brazilian dentistry. Where we have a construction of teaching, and receptivity to various technological approaches and innovative care techniques, aimed at human health. All this brings a need to restructure the curriculum of the Dentistry Undergraduate Course, as well as its updating, which will bring to the future professional health training, new and updated, and mainly focused on the needs of society demand. In view of this, we include the fact that Orofacial Harmonization (HOF), which is an area of expertise of the dental surgeon, which in the contemporary era, has been proving to be remarkably essential in care for the benefit of people's health and well-being. Preceded by its careful deliberations, established by the autarchies that represent the interests of dentistry professionals, as well as society, which benefits from the improvements of this class, through legislation that allows the performance of the dental surgeon in the fullness of his training. In consideration of this, this work aims to understand the perception of professors, dental surgeons and dentistry students about the inclusion of the discipline Orofacial Harmonization in the curriculum of the Dentistry course. For this, the research was carried out virtually, from a questionnaire intended for dental surgeons professors of the undergraduate course in dentistry from all over Brazil, being these public and private institutions, and another questionnaire for undergraduate students in dentistry, also from public and private institutions. Therefore, it was possible to observe that the Professors and students think that including the subjects inherent to Orofacial Harmonization, their broad technical and scientific involvement in the scope of this graduation, will complement the training of the future dental surgeon and will bring benefits to the care offered to the population in the light of teaching. It is expected with this work, to contribute to the discussion for the Proposal of inclusion of the discipline Orofacial Harmonization in the curricular matrix of the Graduation Program in Dentistry, and to collaborate in the construction of the teaching and formation of this graduation to meet the demands of society.

Keywords: Teaching; Graduation; Orofacial Harmonization; Dentistry.

Introdução

No Brasil temos um longo percurso da história da odontologia. Onde é possível verificar que ele é marcado por diversas transformações. Que nos mostra a odontologia rudimentar da era colonial e suas mudanças, e cria condições para a sua autonomia ao longo de toda essa trajetória histórica. O que, dessa forma, iniciou-se uma crescente mobilização, que culminou no Decreto 9.311 desde 25 de outubro de 1884 que reconheceu a Odontologia como curso superior, inicialmente nas faculdades do Rio de Janeiro e de Salvador (Pereira, 2013).

Para Pereira (2013) o ensino já demonstrava a forma incipiente de como se deu o processo da formalização e construção do exercício da Odontologia, com suas principais mudanças e transformações ocorridas desde o período colonial até os dias atuais. O autor menciona ainda que naquele período já existiam engajamentos buscando a reforma educacional, de onde surgiu o título com a denominação Cirurgião-Dentista consagrado até os dias atuais (Wander Pereira, 2013).

O estabelecimento do Ensino em Odontologia no Brasil, foi precursor a instituição dos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia em 1964, órgão de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com a finalidade da supervisão da ética profissional em todo território nacional. A esta autarquia, vinculou-se a Lei 5.081 de agosto de 1966 que regula o exercício legal da profissão, fato este que incentivou a dedicação às habilidades do profissional da Odontologia (Brasil, 2021).

A inquestionável habilidade do Cirurgião dentista, dentro do que rege a Constituição Federal no âmbito da odontologia, é conectada ao conteúdo programático oferecido sobre Harmonização Orofacial (HOF), após implantada como Especialidade odontológica, essa é definida como um conjunto de procedimentos que são realizados pelo CD em sua área de atuação e formação. Profissionais estes responsáveis pelo equilíbrio estético e funcional da face. Conforme a resolução 198/19 do CFO as áreas de competência para o CD incluem o uso apropriado e sob necessária indicação individual para cada paciente, incluem fazer uso da toxina botulínica, preenchedores faciais e agregados leuco plaquetários autólogos, intradermoterapia e o uso de biomateriais indutores percutâneos de colágeno, procedimentos biofotônicos e/ou laserterapia, tratamento de lipoplastia facial, através de

técnicas químicas, físicas ou mecânicas, técnica cirúrgica de remoção do corpo adiposo de Bichat (técnica de Bichectomia), dentre outros em conjuntura com as deliberações do CFO (CFO, 2019).

Apesar de localizados na área anatômica de atuação do cirurgião dentista, determinados procedimentos ainda não constam no conteúdo programático dos cursos de graduação de odontologia. Neste contexto, destaca-se a carência da literatura científica relacionando tais procedimentos à prática odontológica. Isso certamente demonstra a inopia que leva a motivação inicial, para a abordagem dos assuntos de harmonização orofacial, nos conhecimentos adquiridos em cursos de graduação da odontologia, em benefício da saúde do ser humano (CFO, 2020).

A construção do Projeto Político Pedagógico de cada Curso surgiu após a Constituição Federal de 1988, sendo intensificado e determinado pelo artigo 12, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, publicada em 1996, que diz: “Os estabelecimentos de ensino superior, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica“ (Autores Associados, 2005). E ainda continuamente a esse debate, em 1996, o Ministério da Educação estabeleceu as orientações para diretrizes curriculares propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e propôs que o currículo das universidades deveria abranger objetivos, seleção de conteúdos, métodos e processos de avaliação coerentes com aspectos filosóficos, científicos, tecnológicos, sociológicos e políticos nos quais se processa a informação (Garbin et al, 2005).

Morita et al em 2010 reportou que o número total de cirurgiões-dentistas registrados no Conselho Federal de Odontologia no Brasil era de 220.000 naquele ano. Ainda na mesma pesquisa, observou-se que desde então, ocorreu um considerável aumento do número de escolas, sobretudo naqueles últimos 30 anos, sendo que, em 2008, foram identificados 197 cursos cadastrados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Posteriormente, dados apresentados pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), demonstraram que, em 2015, o Brasil possuía 220 instituições cadastradas com o curso de Odontologia. Em 2019, o número de instituições subiu para 412, um total de 192 a mais, representando um aumento de 87%, quando comparado à 2015 (CFO, 2019), o que passou a

ter uma maior atenção do CFO. Além disso, em 2018, Martin et al apresentaram em seu estudo uma quantidade total de 220 Cursos de Odontologia até então no Brasil.

Atualmente, estima-se que no Brasil tenha-se ~348.000 cirurgiões-dentistas e ~55.000 alunos de graduação, distribuídos heterogeneamente nas cinco regiões brasileiras. O levantamento de dados relativos à quantidade de CD foi realizado com base nos dados estatísticos encontrados na plataforma digital do CFO (CFO, 2020).

Diante deste cenário, várias mudanças na grade curricular de odontologia têm sido apontadas para somar a qualidade do ensino dos cursos da área de saúde no Brasil. A Resolução N° 3, de 21 de Junho de 2021 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. Propõe que: O Bacharel em Odontologia terá uma formação do cirurgião-dentista de atenção integral à saúde. Com um perfil generalista, dotado de sólida fundamentação técnico-científica e ativo na construção permanente de seu conhecimento, dentre outras importantes e construtivas, tais estas instituídas por essa lei, e atribuídas aos cursos de graduação em Odontologia em funcionamento (Brasil, 2021).

Diante da ausência da disciplina Harmonização Orofacial na maioria dos currículos de graduação em Odontologia do Brasil, o presente estudo tem como objetivo compreender a percepção de professores cirurgiões dentistas e estudantes de odontologia acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular do curso de Odontologia. A hipótese da presente investigação é que os resultados desta pesquisa trarão, de forma legítima e evidente, a concordância entre os entrevistados de que a inclusão da disciplina de Harmonização Orofacial na Graduação de Odontologia, seja necessária.

Metodologia

Tipo de estudo, Local da Pesquisa e Participantes da Pesquisa

A presente proposta possui abordagem de caráter descritivo-exploratório, de abordagem quantitativa, realizada através de questionário virtual aplicado entre dezembro de 2021 e março de 2022, tendo como participantes da pesquisa estudantes e docentes do Curso de Graduação em Odontologia das cinco regiões do Brasil. O número de participantes foi

definido através de amostragem por conveniência. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Uningá, sob número de parecer: 5.108.619.

Elaboração do questionário

O questionário (Apêndice B) foi elaborado a partir da opinião de especialistas em HOF. Para tal, este instrumento de coleta de dados foi construído no Google Forms com questões de cunho pessoal (como gênero e idade), questões sociodemográficas, e também voltadas à formação e prática profissional; região brasileira na qual reside e que atua como CD (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-oeste); tipo de instituição que trabalha (pública ou privada); disciplinas de atuação; e tempo de formação profissional; além de outras questões sobre o ensino na graduação de odontologia ou relacionadas ao ensino odontológico na HOF. Para os alunos da graduação de odontologia, também havia questões de cunho pessoal, sociodemográficas e região brasileira na qual reside e estuda (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-oeste); tipo de instituição que estuda (pública ou privada); período da graduação que faz parte; além de outras questões sobre o ensino na graduação de odontologia e investigação sobre seu nível de conhecimento sobre a HOF. Para evitar duplicidade de respostas, foi acionada no Google Forms a opção de restringir a resposta ao link uma única vez por aparelho.

Teste piloto acerca da aplicabilidade do questionário

A fim de verificarmos a aplicabilidade dos questionários desta pesquisa, foi realizado um estudo piloto com uma amostra de 10 participantes com as mesmas características do público alvo da pesquisa (e que foram orientados a não fazer parte da amostra final do estudo). Estes foram escolhidos aleatoriamente, onde cinco cirurgiões dentistas, docentes de graduação e cinco alunos da graduação de Odontologia a partir do 5º semestre responderam aos questionários, onde foram observados os aspectos compreensão e interpretação dos participantes das perguntas estipuladas. Na análise destes participantes aos questionários, eles deveriam atentar-se a:

- Identificar inadequações dos questionários
- Analisar a clareza das indagações
- Poderiam sugerir a inclusão de outra alternativa de respostas
- Verificar possíveis respostas indutivas
- Idealizar as possibilidades estatísticas para cada pergunta

Realizada a avaliação não houve necessidade de alteração das questões. E procedeu-se à investigação do público alvo para esta pesquisa.

Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2021 a março de 2022. Para tal, foram realizados contatos por telefone, com os coordenadores dos cursos de graduação de odontologia, ora por ligação, ora pelo WhatsApp, sempre finalizando com um e-mail individualmente formulado, para confirmar a idoneidade desta pesquisa. Também foram realizados contatos através das redes sociais como Instagram, onde, após a apresentação do projeto sob o consentimento destes representantes, foram a eles encaminhados através de seus e-mails e pelo Instagram direct, os links dos questionários eletrônicos elaborados por esta pesquisadora na plataforma virtual Google Forms (Google Inc., CA/USA). Os questionários encaminhados aos coordenadores foram então distribuídos mediante protocolos internos de cada instituição aos professores e alunos do curso de Odontologia. Vale ressaltar que os questionários eram anônimos, de modo a preservar a identidade dos participantes.

Critérios de inclusão

- Docentes odontólogos com cadastro ativo no CRO;
- Graduandos a partir do 5^o semestre do curso de graduação em Odontologia.

Critérios de exclusão

- Docentes do curso de odontologia não graduados em Odontologia;

- Graduandos entre 1^o e 4^o semestres do curso de graduação em Odontologia.

Metodologia de análise dos dados

Os dados foram analisados descritiva e inferencialmente por meio do programa IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS, v. 20, Chicago, IL). Inicialmente, uma análise descritiva, incluindo os valores de média, desvio padrão, mediana, variância, mínimo e máximo, foi realizada para cada variável resposta. Posteriormente, as variáveis nominais provenientes do formulário foram analisadas por meio do teste Qui-Quadrado, buscando verificar possíveis associações entre as variáveis respostas. Para todos os testes adotou-se um nível de significância de 5%. Desta forma, dados com valores de $p < 0.05$ foram considerados estatisticamente significativos.

Resultados

Opinião dos graduandos a partir do 5^o semestre do curso de graduação de Odontologia

Participaram deste estudo 892 graduandos do curso de graduação em Odontologia a partir do 5^o semestre, provenientes de diferentes regiões do Brasil, dos quais 514 (57,6%) participantes foram do gênero feminino, e 378 (42,4%) do gênero masculino. O maior bloco das idades que participaram da pesquisa, foram entre 18 a 25 anos de idade, onde 688 (76,9%) responderam ao questionário (Figura 1).

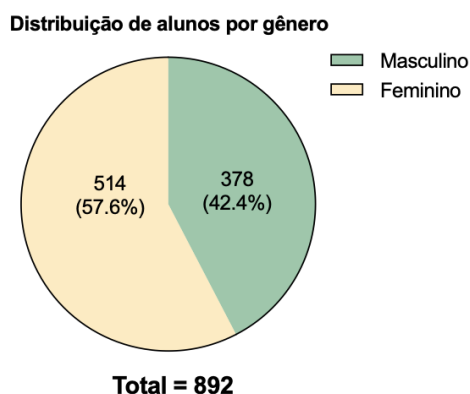


Figura 1. Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por gênero entre os alunos incluídos no estudo.

Além disso, observou-se que 786 (88,4%) eram de Instituições de Ensino superior (IES) privadas, e 103 (11,%) eram de IES públicas (Figura 2).

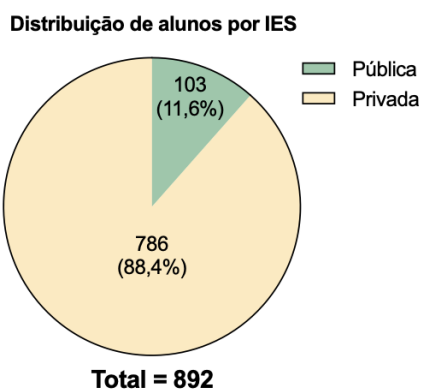


Figura 2. Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por tipo de instituição de ensino superior (EIS) entre os alunos incluídos no estudo.

Dentre estes participantes, 154 (17,2%) eram da região Nordeste, 83 (9,3%) da região Norte, 403 (45,1%) do Centro Oeste, 127 (13,2%) da Região Sudeste e 125 (14,0%) da Região Sul (Figura 3).

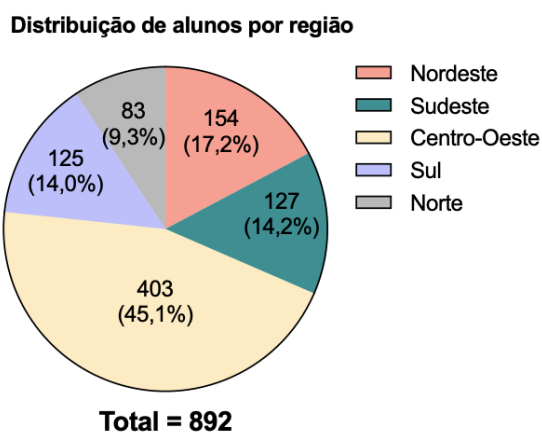


Figura 3. Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por regiões brasileiras dos alunos incluídos no estudo.

Enquanto que a participação dos estados pode ser observada entre os 6 estados do Brasil com maior respostas dos alunos no estado do Mato Grosso 374 (41,8%), seguido da participação do estado do Paraná 122 (13,6%), Minas Gerais 61 (6,8%), São Paulo 43 (4,8%), Maranhão 31 (3,5%) e estado do Ceará 30 (3,4%). Quanto à categoria administrativa, verifica-se que 103 (11,5%) graduandos são de instituições públicas e 789 (88,5%) são alunos de instituições privadas (Figura 4).

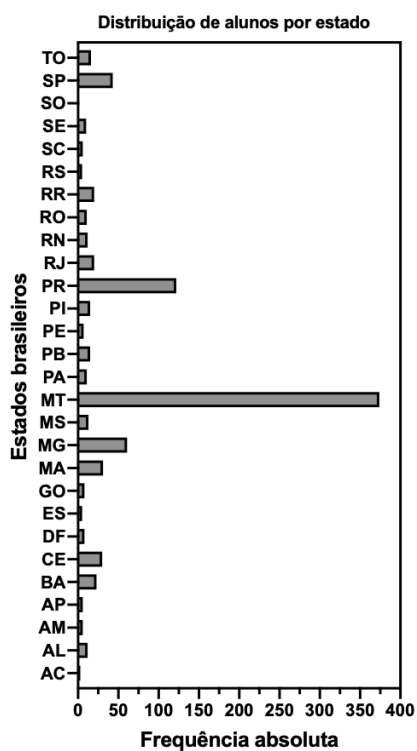
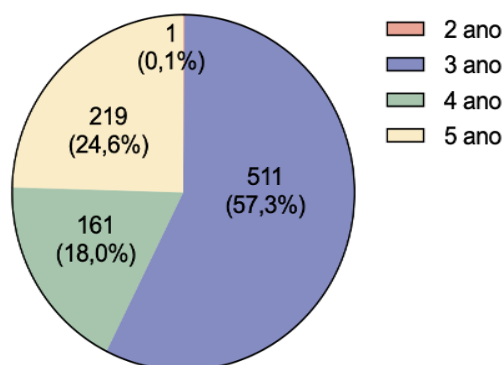


Figura 4. Distribuição gráfica das frequências absolutas dos alunos incluídos no estudo por estado brasileiro.

A grande maioria dos participantes cursam 3 períodos diferentes de graduação. Para o tempo de graduação foram obtidas 511 respostas (57,2%) de alunos que cursam o terceiro ano da graduação; 219 (24,6%) são alunos do quinto ano da graduação, e 161 (18%) são alunos que estão no quarto ano da graduação (Figura 5).

Distribuição de alunos por tempo de graduação



Total = 892

Figura 5. Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por tempo de graduação dos alunos incluídos no estudo.

Em consideração a área de atuação do Cirurgião Dentista, 530 (59,4%) participantes opinaram que está “Superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto násio (ossos próprios de nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins”, seja a área de trabalho do CD. Enquanto que para 329 (36,9%) dos participantes, “não existe limite para a atuação do cirurgião dentista na face” (Tabela 1).

Oitocentos e setenta e dois (97,8%) confirmaram a importância do Cirurgião Dentista nos cuidados gerais da face. Ademais, 830 (93%) destes participantes afirmaram que, desde o início da sua formação acadêmica, estuda sobre a saúde humana, desenvolve habilidades técnicas, aprende sobre materiais e métodos a serem utilizados nos atendimentos clínicos, e tudo isso reflete na importância destes profissionais nos cuidados da face (Tabela 1).

Com as respostas de 847 (95%) participantes, é expressiva a confirmação do conhecimento para essa área profissional, sobre a especialidade HOF reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia através da Resolução CFO-198, de 29 de Janeiro de 2019, (Tabela 1).

É de conhecimento de 553 (62%) dos participantes, a motivação das faculdades em adicionar, na grade curricular da graduação, uma disciplina regular de Harmonização Orofacial (Tabela 1).

Oitocentos e cinquenta e quatro (95,7%) acham importante conhecer o conteúdo preconizado pela HOF, assim como ocorre nas demais áreas do ensino em Odontologia. E 832 (93,3%) deles gostariam de estudar esses conteúdos desde a sua graduação, enquanto 60 (6,7%) optam estudar os conteúdos da HOF, no curso de especialização de Harmonização Orofacial (Tabela 1).

Ainda para estes participantes foi perceptível que 844 (94,6%) concordaram com a inclusão da HOF como disciplina regular no curso de graduação de Odontologia (Tabela 1).

Quanto à periodicidade ideal da disciplina HOF na graduação, 415 (46,5%) dos participantes opinaram que deveria ser semestral desde o início até o final do curso de graduação, com a implementação gradual de conhecimento. Para o segundo grupo de maior peso para essa resposta, 161 (18%) consideraram que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no quinto ano. Para outro grupo, 130 (14,6%) participantes, opinaram que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente apenas em um determinado semestre, não importando o ano. Nove (1%) acharam que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no segundo ano; 7 (0,8%) que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no primeiro ano; 126 (14,1%) que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no quarto ano; e 29 (3,3%) responderam que não consideram necessária essa disciplina na graduação. E finalmente para essa questão, 44 (4,9%) opinaram que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no terceiro ano (Tabela 1).

No que se refere ao conhecimento dos graduandos participantes da pesquisa sobre as técnicas de Preenchimento com Ácido Hialurônico, de que são procedimentos que devam ser realizados com frequência pelo cirurgião dentista, 779 (87,1%) concordam que sim; 42 (4,7%) acham que não; e 72 (8,0%) desconhecem sobre essa informação (Tabela 1).

Quanto ao uso da Toxina Botulínica, que é frequente no atendimento odontológico para tratamento terapêutico, funcional e estético, 805 (90,2%) graduandos participantes da pesquisa concordam que sim; 16 (1,8%) opinaram que não, e 71 (7,9%) responderam que desconhecem essa informação (Tabela 1).

Para a avaliação do conhecimento dos alunos, sobre os Fios Faciais, 777 (87,1%) opinaram que sim, e sabem que são protocolos realizados na odontologia no tratamento preventivo à flacidez e proporcionam um efeito *lifting* na face e pescoço. Já 14 (1,6%) destas pessoas não sabem; e 101 (11,3%) desconhecem sobre o assunto (Tabela 1).

Tabela 1. Análise descritiva dos formulários aplicados aos alunos de graduação em Odontologia. Brasil, 2022.

Variável	Categorias	n média	% (DP)
Idade	-	23,6 anos	± 6,4
Gênero	Masculino	514	57,6
	Feminino	378	42,4
Região	Norte	83	9,3
	Nordeste	154	17,2
	Centro-Oeste	403	45,1
	Sudeste	127	14,2
	Sul	125	14
IES	Pública	103	11,6
	Privada	786	88,4
Tempo de graduação	2º ano	1	0,1
	3º ano	511	57,3
	4º ano	161	18,0
	5º ano	219	24,6
		Superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto nário (ossos próprios de nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins.	530
Questão 1: O que você considera como área de atuação do Cirurgião Dentista?	Não existe limite para a atuação do cirurgião dentista na face.	329	36,8
	A cavidade bucal, exclusivamente.	22	2,5
	Não sei.	11	1,2
Questão 2: Cirurgião Dentista tem importância social nos cuidados gerais da face?	Sim	872	97,5
	Não	13	1,5
	Não tenho opinião formada sobre isso	7	0,8
Questão 3: Porque você acredita que o Cirurgião Dentista tenha responsabilidade social nos cuidados da face?	Porque, desde o início da sua formação acadêmica, estuda sobre a saúde humana, desenvolve habilidades técnicas, aprende sobre materiais e métodos a serem utilizados nos atendimentos clínicos.	830	92,8
	Porque, durante a graduação, o Cirurgião Dentista estuda ciências sociais o bastante para saber sobre cuidados da face.	43	4,8
	Não tenho opinião formada sobre isso.	19	2,1
Questão 4: Você sabia que a Harmonização Orofacial (HOF) é uma especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia através da RESOLUÇÃO CFO-198, de 29 de Janeiro de 2019, desde que o Cirurgião Dentista possua conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação?	Sim	847	94,7
	Não	45	5,0
Questão 5: O reconhecimento da HOF com especialidade da Odontologia pelo CFO motivou algumas faculdades a adicionarem, na grade curricular da graduação, uma disciplina regular de HOF. Você tem conhecimento disso?	Sim	553	61,9
	Não	339	37,9

Questão 6: Em sua opinião, assim como as outras áreas do ensino em Odontologia, é importante conhecer o conteúdo preconizado pela HOF?	Concordo	553	61,9
	Discordo	339	37,9
Questão 7: Você gostaria de aprender mais sobre materiais, técnicas e protocolos da HOF?	Sim. Desde a minha graduação	832	93,1
	Sim. Num curso de especialização	60	6,7
Questão 8: Você concorda com a inclusão da HOF como disciplina regular no curso de graduação de Odontologia?	Sim	844	94,4
	Não	34	3,8
	Não tenho opinião formada sobre isso	14	1,6
Questão 9: Qual poderia ser a periodicidade ideal da disciplina HOF na graduação?	Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no quarto ano	126	14,1
	Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente apenas em um determinado semestre, não importando o ano	130	14,5
	Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no quinto ano	161	18,0
	Não considero necessária essa disciplina na graduação	0	0
	Deveria ser semestral, a partir do início até o final do curso de graduação, com a implementação gradual de conhecimento	415	46,4
Questão 10: Técnicas de Preenchimento com Ácido Hialurônico, são procedimentos realizados com frequência pelo cirurgião dentista?	Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no terceiro ano	44	4,9
	Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no segundo ano	9	1,0
	Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no primeiro ano	7	0,8
Questão 11: O uso da Toxina Botulínica é frequente no atendimento odontológico para tratamento terapêutico, funcional e estético?	Sim	779	87,1
	Não	42	4,7
	Desconheço	71	7,9
Questão 12: Fios Faciais são protocolos realizados na odontologia no tratamento preventivo à flacidez e proporcionam um efeito lifting na face e pescoço?	Sim	805	90,0
	Não	16	1,8
	Desconheço	71	7,9
Questão 12: Fios Faciais são protocolos realizados na odontologia no tratamento preventivo à flacidez e proporcionam um efeito lifting na face e pescoço?	Sim	777	86,9
	Não	14	1,6
	Desconheço	101	11,3

IES = Instituição de Ensino Superior; DP = Desvio Padrão.

Percepção dos docentes cirurgiões dentistas da Graduação de Odontologia

Participaram deste estudo 237 Cirurgiões Dentistas que são docentes do curso de graduação de Odontologia de instituições privadas e públicas do Brasil. Destes, 158 (66,7%) participantes são do gênero feminino, e 79 (33,3%) são do gênero masculino (Figura 6).

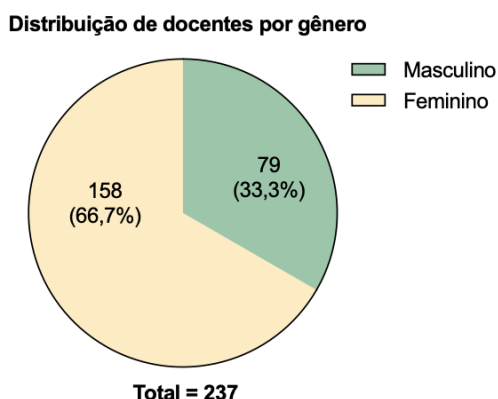


Figura 6. Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por gênero entre os docentes incluídos no estudo.

Para estes, analisa-se que a maior participação de professores foi entre as idades de 41 a 50 anos de idade (n=84; 35,8%) seguido por 31 a 40 anos (n=69; 29,6%), 51 a 60 anos de idade (n=45; 19,2%), 22 a 30 anos de idade (n=22; 9,5%); 61 a 70 anos de idade, (n=13, 5,0%) e de 71 a 73 anos de idade (n=2; 0,9%).

Ao avaliar onde são residentes, observamos que os 6 estados que tem o maior número de professores residentes são: Mato Grosso 47 (16,7%); São Paulo 34 (12,1%); Paraná 30 (10,7%); Minas Gerais 21 (7,5%); Rio de Janeiro 16 (5,7%), e residentes no estado do Rio Grande do Sul 15 (5,5%) (Figura, 7).

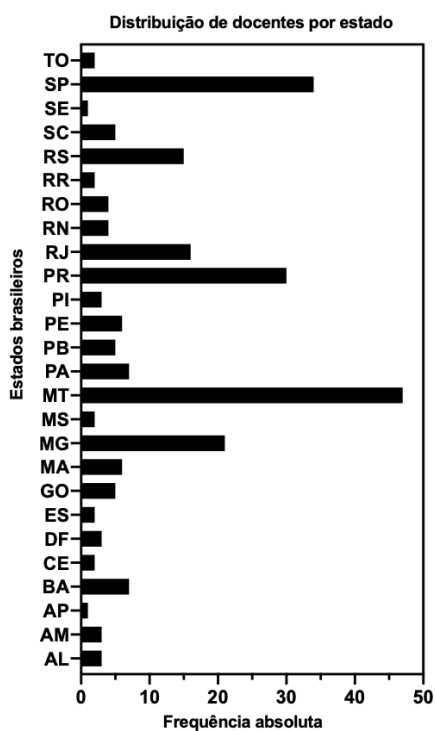


Figura 7. Distribuição gráfica das frequências absolutas dos docentes incluídos no estudo por estado brasileiro.

Um total de 36 (15,2%) destes docentes, atuam na região nordeste, outros 70 (29,5%) na região sudeste, 61 (25,7%) na região do centro oeste, 50 (21,1%) na região Sul e 20 (8,4%) na região Norte (Figura 8).

Distribuição de docentes por região

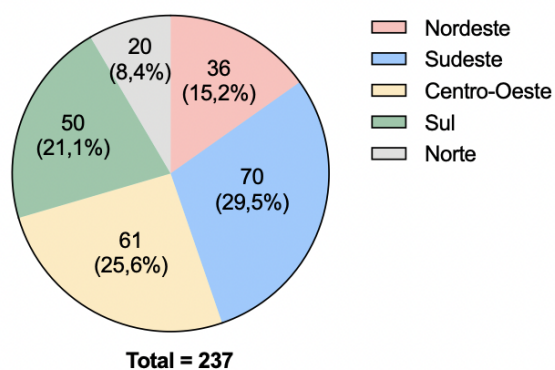


Figura 8. Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por regiões brasileiras dos docentes incluídos no estudo.

Distribuição de docentes por local de trabalho, (Figura 9).

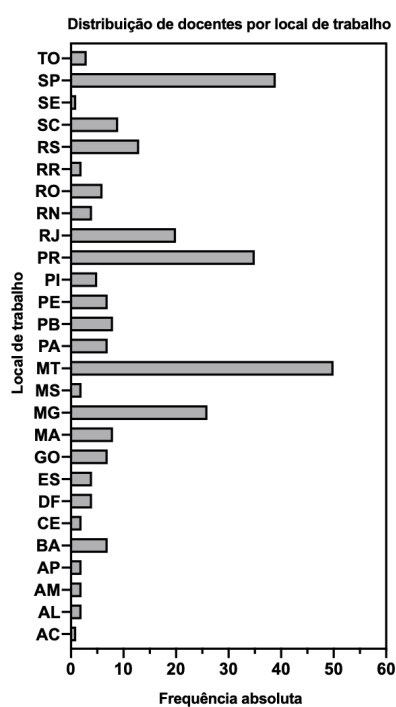


Figura 9. Distribuição gráfica das frequências absolutas dos docentes incluídos no estudo por estado brasileiro em que trabalha.

Sobre o trabalho em IES observamos que 26 (11,0%) são professores em IES públicas e 190 (80,2%) são professores de IES privadas, sendo que 21 (8,9%) são professores de ambas instituições de ensino (Figura 10).

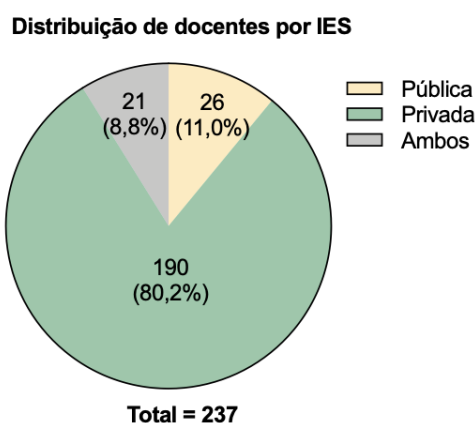


Figura 10. Distribuição gráfica das frequências absolutas e relativas por tipo de instituição de ensino superior (IES) dos docentes incluídos no estudo.

Dentre todas as especialidades odontológicas, as 6 áreas com maiores números de participantes foram: Harmonização Orofacial 74 (28,7%), Ortodontia 30 (11,6%), Cirurgia Bucomaxilofacial 22 (8,5%), Endodontia 19 (7,4%), Dentística 6 (6,6%), e Prótese 14 (5,4%) (Figura 11).

Distribuição de docentes por especialidades

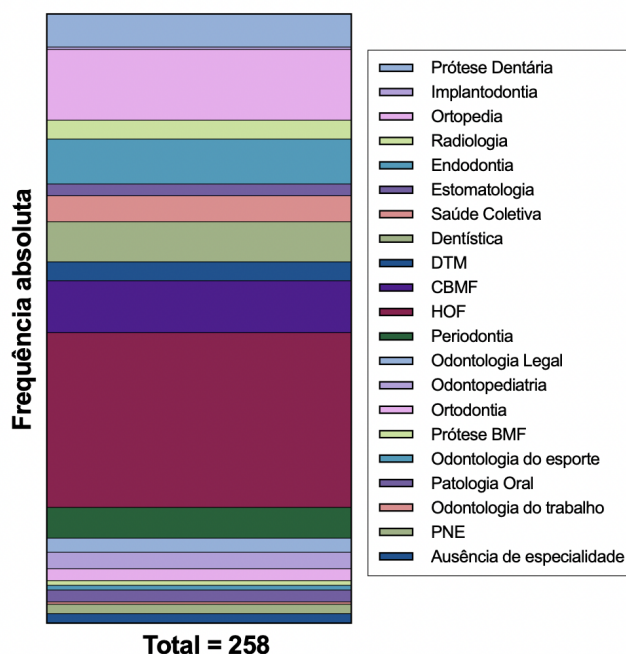


Figura 11. Distribuição gráfica das frequências absolutas por tipo de especialidade odontológica dos docentes incluídos no estudo.

Considerando qual o tempo que já é graduado em Odontologia os participantes responderam: 29 (13,12%) são cirurgiões dentistas graduados entre 5 a 10 anos, 37 (16,74%) são cirurgiões dentistas graduados entre 11 a 15 anos, 46 (20,81%) são cirurgiões dentistas graduados entre 16 a 20 anos, 35 (15,84%) são cirurgiões dentistas graduados entre 21 a 25 anos, 39 (17,65%) são cirurgiões dentistas graduados entre 26 a 30 anos, 20 (9,05%) são cirurgiões dentistas graduados entre 31 a 35 anos, 7 (3,17%) são cirurgiões dentistas graduados entre 36 a 40 anos, 6 (2,71%) são cirurgiões dentistas graduados entre 41 a 45 anos, 02 (0,9%) são cirurgiões dentistas graduados entre 46 a 50 anos. Já o seu tempo de docência tem uma média de 12,9 anos (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização da amostra de docentes da graduação em Odontologia incluídos no estudo ($n = 237$). Brasil, 2022.

Variável	Categorias	<i>n</i> média (anos)	% (DP)
Idade	-	44,5 anos	(± 10,5)
Tempo de formação	-	20,2 anos	(±10,3)
Tempo de docência	-	12,9 anos	(±6,9)
Gênero	Masculino	79	33,3
	Feminino	158	66,7
Região	Nordeste	36	15,2
	Sudeste	70	29,5
	Centro-Oeste	61	25,7
	Sul	50	21,1
	Norte	20	8,4
IES	Pública	26	11,0
	Privada	190	80,2
	Ambas	21	8,9
Especialidade Odontológica	Com especialização	229	98,4
	Sem especialização	4	1,6

Na opinião dos docentes, existe um comum acordo de que o Cirurgião Dentista pode ser importante na aparência da face. Destes 193 (81,4%) participantes opinaram sim, porque o Cirurgião Dentista possui capacidade cognitiva e habilidades técnicas para este fim, (Tabela 3).

Sobre o conhecimento da área de atuação do Cirurgião Dentista 74 (73,4%) opinaram que é toda a área localizada superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto násio (ossos próprios de nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins. E, 56 (19,9%) opinaram que não existe limite na face, para a atuação do cirurgião dentista (Tabela 3).

As respostas para 230 (97%) destes participantes demonstram que estes profissionais sabem que a Harmonização Orofacial (HOF) é uma especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) através da RESOLUÇÃO CFO-198, de 29 de janeiro de 2019, desde que o Cirurgião Dentista possua conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação (Tabela 3).

Sobre as motivações que o reconhecimento da especialidade HOF pelo CFO gerou a algumas Faculdades de Odontologia a adicionarem a disciplina HOF, em suas grades curriculares dos cursos de graduação, 155 (65,4%) dos docentes responderam que “Sim, eu acompanho esse processo”; 17 (6%) que “Sim, pois minha instituição já adicionou esta área

no curso regular de graduação”; demais respostas estão para omissos do sistema, e 65 (27,4%) dos participantes que “Não, eu desconheço esta informação” (Tabela 3).

Ao analisarmos as IES que já dispõem do processo de iniciar a HOF em suas atividades, verificou-se que 17 (6%) docentes destas IES já participavam desse processo (Tabela 3).

No questionamento sobre a inclusão da disciplina HOF no curso de graduação em Odontologia, os participantes opinaram em 86 (36,3%) para “Sim, todo o conteúdo deve ser apresentado no último ano da graduação, como uma única disciplina”; e 117 (49,4%) opinaram que “Sim, o seu conteúdo deve ser apresentado gradualmente desde o primeiro ano da graduação até o último, juntamente com as demais disciplinas”. E, também 34 (14,3%) opinaram que “Não, porque no ensino da Odontologia, não é prioridade ensinar aspectos relacionados à HOF” (Tabela 3).

Sobre avaliar a formação em HOF dentro das concepções do ensino superior sobre a formação profissional se é viável o aprendizado de assuntos referentes a materiais biológicos, protocolos e técnicas de intervenção relacionados à HOF, as opiniões foram: 155 (65,4%) Sim. Desde a Graduação; 5 (2,1%) Sim. Em curso de Extensão de Curto Prazo; 70 (29,5%) Sim. Em curso de Especialização; 7 (3,0%) Não considero viável este aprendizado ao Cirurgião Dentista, e 44 (15,7%) omissos do sistema (Tabela 3).

A respeito da periodicidade da disciplina HOF na graduação, 96 (39,7%) opinaram que deveria ser apresentada totalmente, apenas em um determinado semestre; 107 (45,1%) opinaram que a disciplina deveria ser apresentada gradualmente, a partir do início da graduação; e 36(15,2%) opinaram que não seria necessária essa disciplina a graduação (Tabela 3).

Em relação à carga horária que a disciplina de HOF deveria dispor, 38 (16%) opinaram por aulas teóricas apenas, com a exposição do conteúdo teórico e discussão de casos clínicos; 51 (21,5%) opinaram por aulas teóricas e prático-laboratorial do conteúdo e discussão de casos clínicos; 111 (46,8%) aulas teóricas, prático-laboratorial e atendimento clínico supervisionado; 3 (1,3%) aulas teóricas, prático-laboratorial e atendimento clínico sem

supervisão; e 34 (14,3%) não consideraram necessário ensinar conteúdos sobre HOF na graduação (Tabela 3).

A respeito da frequência ideal para o ensino de uma disciplina de HOF, 61(25,7%) opinaram por aulas semanais, do início ao final do curso de graduação; 19 (8%) aulas quinzenais, do início ao final do curso de graduação; 28 (11,8%) aulas mensais, do início ao final do curso de graduação; 89 (37,6%) todas as aulas apresentadas em um único semestre de graduação, e 40 (16,9%) não consideraram necessário ensinar assuntos sobre HOF.

Em relação a melhor opção para a disciplina HOF no curso de graduação, 99 (41,8%) optaram por Disciplina Obrigatória; 78 (32,9%) Disciplina Optativa; 27 (11,4%) Disciplina Eletiva; e 33 (13,9%) Não consideraram viável uma disciplina de HOF no curso de Graduação (Tabela 3).

Sobre a concordância da Diretoria e da Coordenação de Graduação da Instituição de Odontologia na qual o docente trabalha para a implantação de uma disciplina de HOF na grade curricular do curso de graduação, os participantes opinaram que, 135 (57%) Sim; 27 (11,4%) Não; 61 (25,7%) Não têm opinião formada a esse respeito; 14(5,9%) Já houve a aprovação de ambos, e já têm essa disciplina em andamento (Tabela 3).

Sobre ações para haver o engajamento da maioria do corpo docente da Faculdade de Odontologia na qual participa o docente, 117 (48,3%) opinaram que Sim; 65 (26,9%) opinaram que Não; e 60 (24,8%) não possui opinião formada a esse respeito.

Dentre as que opinaram sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais no ensino da Odontologia as opiniões foram 151 (62,4%) participantes concordam que a inclusão da disciplina de Harmonização Orofacial deve ser na Graduação de Odontologia; 59 (24,4%); que a inclusão de conteúdos programáticos sobre a harmonização orofacial nas várias disciplinas da graduação de Odontologia; 32 (13,2%) participantes, não tenho opinião formada a esse respeito (Tabela 3).

Tabela 3. Análise descritiva dos formulários aplicados aos docentes de graduação em Odontologia incluídos no estudo (n = 237). Brasil, 2022.

Variável	Categorias	n	%
Questão 1: O Cirurgião Dentista pode ser importante na aparência da face?	Sim. Porque este profissional, em seu curso de graduação, habilidade para com os cuidados da face, limitando apenas aos cuidados da saúde dental.	41	17,3
	Sim. Porque o Cirurgião Dentista possui capacidade cognitiva e habilidades técnicas para este fim.	193	81,4
	Não considero que o Cirurgião Dentista interfira na aparência da face.	3	1,3
Questão 2: O que você considera como área de atuação do Cirurgião Dentista?	Toda a área localizada superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto násio (ossos próprios de nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins.	174	73,4
	Não existe limite na face, para a atuação do Cirurgião Dentista.	56	23,6
	A cavidade oral.	7	3,0
Questão 3: Você sabia que a Harmonização Orofacial (HOF) é uma especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia através da RESOLUÇÃO CFO-198, de 29 de Janeiro de 2019, desde que o Cirurgião Dentista possua conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação?	Sim. Acompanho as novidades da Odontologia através de informativos advindos do Conselho Federal de Odontologia	230	97,0
	Não vejo relevância no assunto.	5	2,1
	Não. Pois não sei quais são todas as áreas de especialidades da Odontologia atualmente.	2	0,8
Questão 4: Você sabia que o reconhecimento da especialidade HOF pelo CFO motivou algumas Faculdades de Odontologia a adicionarem a disciplina HOF, em suas grades curriculares dos cursos de graduação?	Não, eu desconheço esta informação.	65	27,4
	Sim, eu acompanho esse processo.	155	65,4
	Sim, pois minha instituição já adicionou esta área no curso regular de graduação.	17	7,2
Questão 5: Considerando a disciplina HOF e a intimidade desta com as demais disciplinas da formação acadêmica do odontólogo, você concorda com a inclusão desta disciplina no curso de graduação em Odontologia?	Sim. Todo o conteúdo deve ser apresentado no último ano da graduação, como uma única disciplina.	86	36,3
	Sim. O seu conteúdo deve ser apresentado gradualmente, desde o primeiro ano da graduação até o último, juntamente com as demais disciplinas.	117	49,4
	Não. Porque, no ensino da Odontologia, não é prioridade ensinar aspectos relacionados à HOF.	34	14,3
Questão 6: Levando em conta as Diretrizes Curriculares Nacionais, que estabelecem a formação de um profissional integral na Odontologia, você acredita que é viável o aprendizado de assuntos referentes a materiais biológicos, protocolos e técnicas de intervenção relacionados à HOF?	Sim. Em curso de Especialização.	70	29,5
	Sim. Em curso de Extensão de Curto Prazo.	5	2,1
	Sim. Desde a Graduação.	155	65,4
	Não considero viável este aprendizado ao Cirurgião Dentista	7	3,0
Questão 7: Qual seria a periodicidade ideal da disciplina HOF na graduação?	Deveria ser apresentada totalmente, apenas em um determinado semestre	94	39,7
	Deveria ser apresentada gradualmente, a partir do início da graduação	107	45,1
	Não seria necessária essa disciplina na graduação	36	15,2
Questão 8: A carga horária para a disciplina de HOF, deveria dispor de:	Aulas teóricas apenas, com a exposição do conteúdo teórico e discussão de casos clínicos	38	16,0
	Aulas teóricas, prático-laboratorial e atendimento clínico supervisionado	111	46,8
	Aulas teóricas e prático-laboratorial do conteúdo e discussão de casos clínicos	51	21,5
	Aulas teóricas, prático-laboratorial e atendimento clínico sem supervisão	3	1,3
Questão 9: Qual seria a frequência ideal para o ensino de uma disciplina de HOF, envolvendo aulas teórico-laboratoriais e atendimento clínico?	Não considero necessário ensinar conteúdos sobre HOF na graduação	34	14,3
	Todas as aulas apresentadas em um único semestre de graduação	89	37,6
	Não considero necessário ensinar assuntos sobre HOF	40	16,9

	Aulas semanais, do início ao final do curso de graduação	61	25,7
	Aulas mensais, do início ao final do curso de graduação	28	11,8
	Aulas quinzenais, do início ao final do curso de graduação	19	8,0
	Disciplina Eletiva	27	11,4
	Disciplina Obrigatória	99	41,8
	Disciplina Optativa	78	32,9
	Não considero viável uma disciplina de HOF no curso de Graduação	33	13,9
Questão 10: Qual seria a melhor opção para a disciplina HOF no curso de Graduação?	Não tenho opinião formada a esse respeito	61	25,7
	Sim	135	57,0
	Não	27	11,4
	Já houve a aprovação de ambos, e já temos essa disciplina em andamento.	14	5,9
Questão 11: Você acredita que haveria concordância da Diretoria e da Coordenação de Graduação da Instituição de Odontologia na qual você trabalha para a implantação de uma disciplina de HOF na grade curricular do curso de graduação?	Não tenho opinião formada a esse respeito	59	24,9
	Sim	114	48,1
	Não	64	27,0
	Já houve a aprovação de ambos, e já temos essa disciplina em andamento.	0	0
Questão 12: Você acredita que haveria engajamento da maioria do corpo docente da Faculdade de Odontologia na qual você trabalha para a implantação de uma disciplina de HOF na grade curricular do curso de graduação?	Não tenho opinião formada a esse respeito	30	12,7
	A inclusão de conteúdos programáticos sobre a harmonização orofacial nas várias disciplinas da graduação de Odontologia	58	24,5
	A inclusão da disciplina de Harmonização Orofacial na Graduação de Odontologia	148	62,4
Questão 13: Ainda seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais no ensino da odontologia, qual das opções abaixo você prefere?			

Discussão

No que se refere aos estados onde os professores moram e mais atuam como docentes estão Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, e Rio de Janeiro, respectivamente.

Existe uma falta de estudos, que façam um mapeamento atualizado de onde estão os professores cirurgiões dentistas que são professores na graduação do curso de Odontologia no Brasil. Na presente pesquisa, a presença massiva de professores no estado do Mato Grosso, pode ter se dado pelo fato da pesquisadora ter ido presencialmente nas instituições deste estado divulgar o estudo.

Os dados atuais, referentes ao número de docentes e de estudantes de odontologia no Brasil, foram pesquisados nas plataformas do INEP, porém, uma suspensão na

disponibilização dos microdados do censo da educação superior, em função da lei geral de proteção de dados, indisponibilizou tais informações. Esta circunstância foi confirmada nesta ocasião, para esta pesquisa, através da fala da maior representante da ABENO, quem expressa que com esse acesso, seria possível demonstrar dados e informações de todo o perfil destes grupos, de todo país. Suas características individuais, e profissionais. E que em 2010 também foi realizada uma pesquisa nacional, por Morita et al, intitulada “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, onde foram levantadas informações similares destes órgãos.

Tendo em consideração que o CFO brasileiro em suas ações, não tem essa atribuição em gerir as informações dos docentes de odontologia do Brasil; e a ABENO, só conhece sobre quem é sócio dela, ou através de busca nas fontes oficiais que elaboram pesquisas e censos de dados no país, já citada anteriormente. Deste modo, o gerenciamento dessas informações é dado pelo MEC, especificamente o INEP que realiza o censo, onde são coletadas essas informações.

Em vista da expansão dos cursos de Odontologia (CO) e o aumento do número de cirurgiões dentistas (CD) no Brasil, Martin et al (2018) através de um estudo transversal descritivo com dados do CFO e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de descrever a distribuição dos CO e dos CD nas diferentes regiões do Brasil, identificou 220 cursos, sendo majoritariamente privados (75%) e localizados na Região Sudeste (43,6%). A região Norte foi a que menos apresentou CO (10%). Consequentemente, as regiões que possuem o maior número de cursos de odontologia, também requerem maior número de professores. Os dados da presente pesquisa corroboram com o estudo de Martin et al (2018) o qual explica a menor participação da Região Norte no nosso trabalho.

Teoricamente na atualidade, e de acordo com informações encontradas no site do CFO, estima-se que no Brasil tenha-se ~348.000 cirurgiões-dentistas e ~55.000 alunos de graduação, distribuídos heterogeneamente nas 5 regiões brasileiras. Em um levantamento realizado por este órgão no sistema do SIGESP (O sistema de especialização), em busca do número de Cirurgiões Dentistas que são professores da Graduação de Odontologia, percebe-se que os dados lá existentes podem ter alguns tipos de defasagem em relação aos dados cadastrados no SISCAF, como por exemplo saber se o profissional é professor na graduação ou na especialização, e se ainda está ativo ou não, seja por falecimento, por aposentadoria,

dentre outros. Tudo isso limitou o levantamento de tais informações, em favor desta pesquisa. O número encontrado foi de 8.414 cirurgiões dentistas que são professores da graduação de odontologia, de instituições (faculdades/universidades) privadas e públicas do Brasil (CFO, 2022). Que exposto aqui nesta discussão, amplia a visão do leitor, na compreensão da estruturação da pesquisa.

Normalmente quem mais respondeu são professoras que já estão entre 11 e 20 anos no mercado, que já trabalham entre 1 e 10 anos como professores, e trabalham em sua grande parte em instituições privadas, distribuídas principalmente nas regiões sudeste e centro oeste do país, dado este que corrobora com a tabela 2 que mostra geograficamente onde estes profissionais estão distribuídos.

Este resultado está de acordo com o estudo de Kfoury et al, 2017, que foi um estudo de desenho qualitativo no qual buscou-se investigar os discursos de futuros cirurgiões-dentistas, de ambos os gêneros, de universidades públicas e privadas de Curitiba, Paraná, Brasil, para detectar se diferenças de perfil de gênero podem influenciar a formação e a prática futura pretendida. Neste estudo eles mostraram que as mulheres têm aumentado na área de odontologia especialmente como docentes, fazendo mestrado e doutorado.

A maioria dos participantes professores e alunos eram de instituições privadas. É possível que essa massiva participação esteja relacionada ao interesse mercadológico, já que a HOF em toda a sua demanda, se expandiu no país nos últimos anos no setor privado. Apesar disso, esse dado não parece enviesar o presente estudo, uma vez que uma parcela significativa de profissionais e alunos do setor público, também responderam aos questionários e que, os participantes do setor privado, inclusive profissionais atuantes na HOF, não aderiram a pesquisa em sua totalidade, pois, parecem ter opiniões divergentes a proposta desta pesquisa.

Faz-se observar que nestas instituições privadas, seus cursos de HOF já estavam inseridos, e outras são de escolas onde eles buscam inserir a HOF, onde algumas até já estavam nesse percurso de implementação da disciplina de HOF. Nas instituições públicas as imediatas respostas destas, trouxeram a este resultado de pesquisa, a luz do olhar das futuras e necessárias transformações no ensino e suas abordagens, e assumo em dizer que será tão logo o início para a inclusão desse diálogo, em benefício do ensino na educação privada e pública.

Vê-se que os professores concordam que o Cirurgião Dentista possui capacidade cognitiva e habilidades técnicas de importância para a aparência da face. Na revisão sistemática publicada por Cavalcante (2017), foi exposta a importância da Odontologia através de suas consagradas técnicas de uso rotineiro, as quais já traziam grande impacto para a composição e harmonia facial, no aumento e reanatomização de dentes, promovidos por técnicas restauradoras, a alteração de perfil facial por movimentações ortodônticas ou por cirurgias bucomaxilofaciais, como as ortognáticas. E agora na aplicação da harmonização orofacial.

Estes dados também estão em consonância ao exposto na resolução CFO-176, de 06 de setembro de 2016, no artigo 1º, a qual discorre sobre a área anatômica de atuação clínico-cirúrgica do cirurgião-dentista, que é superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto náseo (ossos próprios de nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins, e para os casos de procedimentos não cirúrgicos, de finalidade estética de harmonização facial em sua amplitude, inclui-se também o terço superior da face. Opinaram a maioria dos docentes, um quantitativo quase que totalitário, do conhecimento de que já sabem sobre a sua área de aplicabilidade deste profissional (Brasil, 2019).

Mas, chama a atenção, que mesmo sendo um número menor, para 329 (36,9%) dos alunos participantes, e também 56 (19,9%) dos professores, onde opinaram que “não existe limite para a atuação do cirurgião dentista na face”. Alinhar sobre o ensino para conduzir a que os profissionais estejam levando ao conhecimento sem emergir dúvidas, demonstra a qualidade do ensinamento de seus alunos. O feito então, condiz com o que encontramos nos resultados obtidos com os alunos, pois se o aluno pensa isso, muito provavelmente poderia ter sido propagado por um professor aquele conhecimento, ou não observado por ele.

Frente ao exposto, estes dados sugerem que a maioria dos profissionais que fizeram parte desta pesquisa, já acompanham as novidades da Odontologia através de informativos advindos do Conselho Federal de Odontologia, onde foi reconhecida em 29 de janeiro de 2019 (resolução 198/2019) a Harmonização Orofacial como uma especialidade odontológica. Garbin et al (2019) através de um estudo descritivo e analítico, realizou uma revisão documental e discussão sobre a abrangência da harmonização orofacial dentro das extensões odontológicas com base crítica em artigos científicos, documentos federais oficiais,

legislações e normativas que regulamentam e norteiam a profissão. Já eram discutidas e analisadas as competências dos cirurgiões dentistas especialistas em harmonização orofacial, com a odontologia contemporânea, na era da estética e na medicação da beleza, a busca pelos procedimentos de harmonização orofacial torna-se cada vez mais constante e recorrente nos consultórios (Costa et al, 2022). Dessa forma, o preparo profissional nos cursos de graduação em harmonização orofacial torna-se imprescindível para o atendimento da demanda de forma ética e responsável, levando a todos, esse transbordo das informações, que a HOF tem proporcionado à população e aos profissionais da Odontologia.

Todo esse reconhecimento que ganhou um grande cenário de conhecimento nacional da especialidade HOF pelo CFO motivou as mudanças nas composições das Faculdades de Odontologia com a inserção da disciplina HOF, em suas grades curriculares dos cursos de graduação, e tem sido acompanhado, e até mesmo, já está sendo vivenciado por alguns docentes em suas instituições, visto pelas respostas dos voluntários docentes participantes desta pesquisa. Através de mudanças das grades curriculares, quais ainda, para essa disciplina, não formalizou um padrão para a sua consolidação.

Diante disso e ainda considerando que uma disciplina como a HOF, possui uma correlação com as demais disciplinas da formação acadêmica do odontólogo, onde, neste trabalho, podemos observar através da opinião dos docentes participantes, a concordância de que a inclusão desta disciplina no curso de graduação em Odontologia deve sim ser proposta, acordando, na maioria destas opiniões, as formas de colocar esse conteúdo. Que ora deveria ser apresentado gradualmente desde o primeiro ano da graduação até o último, juntamente com as demais disciplinas; ora deveria sim, incluir todo o conteúdo no último ano da graduação como uma única disciplina. Todas essas são opiniões muito válidas, para a contemplação no diálogo e da abordagem dessa classe profissional, que discutem iniciações inerentes às instituídas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. E a partir de então obterem respostas que auxiliem na constituição do processo de inclusão da disciplina de Harmonização Orofacial na Graduação de Odontologia, através das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN para a odontologia, consolidando informações para promover uma nova organização curricular das Instituições de Educação Superior (IES) de Odontologia do país.

Toda linguagem dos pesquisadores hoje, falam em uma linguagem de matriz curricular, sabendo que essa demora muito, porém de acordo com as DCNs quais apontam como tendência futura pois atualmente falasse em matriz como uma trilha pedagógica, com conteúdos e não com disciplinas, através de uma organização curricular que inclusive oferece flexibilidade para os diferentes perfis de estudantes para elaboração da formação de cada um, de acordo com a sua necessidade, vocação ou desejo. Isso demonstra que deve-se pensar no perfil do egresso. As DCNs dão direcionamento para isso, e criam condições para a instrumentalização dessas formações de acordo com aptidão individual do aluno.

As diretrizes, através de suas políticas direcionam a instituição na constituição de seus cursos, que fará o projeto, criará uma disciplina que oferece áreas e módulos que incluem novas disciplinas e áreas específicas. O que vai atender a população, com projetos pedagógicos que beneficiem a saúde da população e as instituições que vão gerir o projeto, pode pensar em constituir cursos com ofertas de cuidados a manutenção da saúde das pessoas. Os conteúdos irão explicar resoluções, história das criações desse percurso inicial da disciplina, e posteriormente conta-se os seus avanços de construção do currículo para assim constituir um bom curso de Odontologia, pensando no perfil de formação profissional, qual tem que atender as diretrizes, podendo acrescentar conteúdos novos, mas tudo muito concatenado de maneira transversal, a forma de se desenvolver e organizar as matizes, e sua execução nesse percurso.

As escolas eram eminentemente técnicas, houveram todo o esforço das DCNs para trazer competências e habilidades gerais, inseridas no processo de aprendizado, isso não implica em excluir avanços. Passamos de uma fase tecnicista, para uma fase científica, com um componente forte de humanização, sociológico, mas que isso não implica de excluir avanços, isso não exclui os avanços das tecnologias e das técnicas de atendimento da odontologia.

A presente pesquisa contribui com a discussão entre os órgãos inerentes e representativos para a nossa classe, ao percurso da inclusão da disciplina HOF nos currículos da graduação em Odontologia no Brasil. Deste modo, a participação dos voluntários dessa pesquisa, trouxe sugestões para o melhor modelo na construção da matriz curricular do curso,

atribuindo a sua forma de oferecimento, identificando a periodicidade se por ano ou semestre, quantas semanas por período, se oferecida em qual período deste percurso, se como disciplina regular ou optativa. Também atrai olhar para a carga horária, e seus tipos de atividades, ora teórica, ora laboratorial, ou prática clínica supervisionada, e atividades não presenciais dentro da instituição. Algo que ficou muito evidente nas opiniões dos participantes, o que nos mostrou que mais de 85% das respostas pontuam a importância em ter a disciplina no ensino da graduação de odontologia. Essa mesma perpetuação nas respostas ao questionário, para a escolha da frequência destas aulas nos propõe que todas as aulas devem ser apresentadas em um único semestre de graduação, e em uma disciplina obrigatória.

Deve-se observar também a necessidade da reformulação de ementas e conteúdos programáticos do curso, para a construção dos conteúdos de HOF a serem abordados no ensino. Tudo isso atendendo as necessidades dos acadêmicos em odontologia, através de um projeto pedagógico curricular através do colegiado e do segmento dessa comunidade escolar representantes dos diversos segmentos da comunidade.

A concordância da Diretoria e da Coordenação de Graduação da Instituição de Odontologia, bem como o engajamento da maioria do corpo docente da Faculdade é objeto do sucesso na implantação da disciplina de HOF na grade curricular do curso de graduação. E isso foi alvo preponderante desta pesquisa. Vimos que os professores na explícita maioria abordam a concordância e engajamento entre a diretoria, coordenação da graduação de odontologia e corpo docente frente a esse movimento, que já se estabeleceu para inclusão da nova disciplina em algumas instituições, a exemplo da UNINGÁ.

Palmeira et al (2020) em um estudo descritivo, verificou a presença da disciplina de odontologia hospitalar na grade curricular dos cursos de odontologia nas universidades da região Nordeste do Brasil. Ao fazermos um paralelo com a presente pesquisa, concordamos com o estudo de Palmeira quando ele descreve as complexidades do mundo contemporâneo aliado aos avanços tecnológicos e científicos que exigem que o conhecimento seja trabalhado, nas instituições de ensino, de forma multidimensional. Para a formação do profissional em saúde, especialmente em odontologia, isto significa a necessidade de ampliação dos ambientes educacionais, das técnicas educativas, vivência com situações profissionais e com diferentes graus de complexidade.

No que se refere à localização geográfica, o Centro Oeste foi a região do país onde houve o maior número de participantes. Muito próximo dos 50% de voluntários pertencem a essa região. A outra contrapartida uniu em outro bloco, que não menos importante, as demais quatro regiões do país: em todas elas houve alunos que participaram da pesquisa. É possível observar no mapa brasileiro o ganho dos limites territoriais indicando o recebimento dos questionários de pesquisa em todas as regiões do país e seus estados.

No país, os profissionais e estudantes do Estado do MT, se destacaram pelo interesse em responder ao questionário online. Os questionários chegaram a todos os estados, mesmo que alguns deles tenham um baixo índice de respostas, porém todos participaram. O incentivo pelos professores e coordenadores da graduação, foram peças-chaves para a obtenção dos resultados. A visita pessoalmente para apresentar a pesquisa, e ir ao encontro dos participantes da pesquisa de alguns estados como no MT, PR, MG e SP, propôs aos alunos, uma maior informação a respeito da prospecção desta pesquisa e pode ter contribuído para maior adesão de respostas nestes estados.

Adicionalmente, neste estudo, foi observada a prevalência feminina dos participantes em relação ao grupo masculino. Num total aproximado a 90% das respostas desta pesquisa foi por alunas. Leite et al, 2012, mostraram em um estudo para análise do perfil socioeconômico de alunos com voluntários do primeiro ao 8º período, que desafiou as outras instituições de ensino privadas e públicas, a também buscar pelo conhecimento deste perfil de seus egressos. Onde identificou-se que as mulheres são maioria na população e isso se reflete nas Faculdades de Odontologia.

As especialidades odontológicas no Brasil definidas a partir da resolução do Conselho Federal de Odontologia (CFO) nº 63/2005 atualmente compreendem cerca de 24 áreas de atuação especializadas dentro da Odontologia. Custódio et al, 2020 em seu estudo sobre a importância da Harmonização Orofacial (HOF) no equilíbrio do Sistema Estomatognático lembrou que a Odontologia é a ciência que estuda e trata o sistema estomatognático, formado pela face, cavidade bucal, pescoço e estruturas relacionadas, abrangendo ossos, musculatura mastigatória e da expressão facial, articulações, dentes, nervos, vasos e demais tecidos.

Diante do exposto foi questionado aos alunos sobre o conhecimento da atuação do CD. Onde a expressão deles opinou em sua maior parte como área de atuação do Cirurgião Dentista superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto násio (ossos próprios do nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins. E outra importante quantidade de opiniões sugeriu que não existe limite para a atuação do cirurgião dentista na face. Isso demonstrou o entendimento destes alunos sobre a verdadeira atuação da sua futura profissão, e instiga certamente, sobre o tamanho de sua responsabilidade na concepção das atribuições da odontologia.

O comprometimento do CD vai muito além de apenas um sorriso, e tem um espetacular envolvimento com a saúde humana, que reflete a função do Cirurgião Dentista na sua importância social nos cuidados gerais da face. E muitos dos participantes acham que isso dá-se porque desde o início da sua formação acadêmica, estuda sobre a saúde humana, desenvolve habilidades técnicas, aprende sobre materiais e métodos a serem utilizados nos atendimentos clínicos. Mas o que isso tudo significa, é que estes futuros profissionais detêm em si, o conhecimento de sua importância frente ao movimento de saúde que estão inseridos.

Cavalcanti et al, 2017, em sua descrição, falam que, para entender a necessidade da harmonização orofacial é preciso observar e vivenciar o momento atual da sociedade. O que querem nossos pacientes? Saúde, função, beleza, rejuvenescimento, harmonia e bem-estar. São pedidos que vão além do sorriso, e que, para serem oferecidos, requerem que o profissional esteja atualizado com terapêuticas estéticas e cosméticas, seja para aplicá-las ou para indicá-las. A Odontologia é uma grande aliada, não apenas no restabelecimento da função e bem-estar mas, principalmente, na busca por um sorriso em harmonia com uma face equilibrada, o que é definido como beleza e jovialidade (Rizzatti-Barbosa & Albergaria-Barbosa 2, 2017).

Quase todos os participantes concordaram que assim como nas outras áreas do ensino em Odontologia, é importante conhecer o conteúdo preconizado pela HOF, e esta mesma opinião ainda é refletida no desejo destes participantes em aprender mais sobre materiais, técnicas e protocolos da HOF. Cerca de 99% de suas opiniões se firmaram em Sim, que gostariam desde a graduação, e outros opinaram de Sim, num curso de especialização.

Machado et al (2020) abordaram a opinião de alunos sobre a HOF. O estudo objetivou averiguar o conhecimento de graduandos em Odontologia, do primeiro e do último semestre, por meio de um questionário abordando os aspectos éticos e legais de procedimentos que integram a Harmonização Orofacial, assim como as fontes de informações sobre o assunto. A maioria dos estudantes do primeiro semestre considerou os procedimentos como permitidos, o que diverge das respostas dos graduandos do último semestre, entre os quais a proibição dos procedimentos se mostrou como resultado predominante. Foi possível, também, observar a grande influência das redes sociais e a importância da graduação frente à formação profissional. Nessa seara, inúmeros cursos de capacitação estão propagando técnicas com uma perspectiva simplista dos procedimentos com poucas horas de aprendizado.

Sobre o conhecimento destes participantes, por algumas técnicas e ou procedimentos opinaram que, para a maioria sabem que as técnicas de Preenchimento com Ácido Hialurônico, são procedimentos realizados com frequência pelo cirurgião dentista. A maioria também sabe que o uso da Toxina Botulínica é frequente no atendimento odontológico para tratamento terapêutico, funcional e estético. E ainda a grande parte das opiniões destes participantes demonstra saber que fios faciais são protocolos realizados na odontologia no tratamento preventivo à flacidez e proporcionam um efeito lifting na face e pescoço.

Papazian et al (2018) em um uma revisão de literatura, utilizando como fonte livros, artigos e revistas on-line dos materiais utilizados na harmonização facial, que constitui um conjunto de procedimentos que harmonizam a boca e a face, observaram que dentre os materiais utilizados para preenchimento facial estão a toxina botulínica, os fios de sustentação, a bichectomia, o ácido hialurônico, etc. Conhecer sobre as técnicas e procedimentos, nos permite atuar com maior segurança na realização dos atendimentos. Incluir essas informações no aprendizado e ensino, seria uma soma na abordagem para evitar, ou conduzir quando houver, intercorrências relacionadas a técnicas e procedimentos, pois o conteúdo de estudo já pertencente a atuação da área, assegura a qualidade deste efeito.

Lage et al (2020) realizaram um estudo pedagógico que objetivou investigar o processo de formação em Odontologia envolvendo também docentes e discentes de um curso de Odontologia em uma instituição de ensino superior (IES), e foi observada uma relevante

preocupação de alguns sobre um alinhamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) com as DCNs. Essa comparação ao presente trabalho, elenca que apesar destes terem o conhecimento da área de atuação inerente a formação do acadêmico em odontologia, nos propõe que estes não têm a percepção da forma necessária para conduzir essa efetivação.

A opinião sobre a periodicidade ideal da disciplina HOF na graduação em sua maioria foi de que deveria ser semestral, a partir do início até o final do curso de graduação, com a implementação gradual de conhecimento, estas tomam a proporção de quase 50% das respostas. As demais opinaram que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no quinto ano, ou que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente apenas em um determinado semestre, não importando o ano, e também que deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no quarto ano. São respostas que mostram que os alunos esperam por essa disciplina, estes compreendem que a construção para o seu aprendizado na sua formação já pode incluir este assunto. Mas, é necessário um olhar técnico voltado ao ensino superior, para ajudar nessa construção coletiva em consonância com as DCN e PPC das instituições nacionais privadas e públicas do Brasil. Para Moimaz et al (2020) as Diretrizes Curriculares Nacionais possuem papel fundamental na formação dos profissionais, representando a ponte norteadora entre os dizeres sociais e a construção do currículo nas Instituições de Ensino Superior.

Foi uma missão muito importante para a pesquisadora da presente investigação buscar a opinião destes alunos e docentes sobre a inclusão da HOF como disciplina regular no curso da graduação de Odontologia, onde os participantes foram unânimes em concordar; por ser uma legítima área odontológica, regida por princípios éticos, em busca de levar aos pacientes tratamentos estéticos e/ou funcionais qualificados que de uma forma harmônica e equilibrada da face, contribua para a promoção da saúde das pessoas.

Conclusão

Frente ao exposto, os resultados indicaram a concordância entre os participantes graduandos e docentes em ter no currículo da Graduação de Odontologia a disciplina HOF.

Diante disso, foi possível observar que estudantes e professores acreditam que incluir assuntos inerentes à Harmonização Orofacial no seu amplo envolvimento técnico e científico no âmbito desta graduação, complementa a formação do futuro cirurgião dentista e trará benefícios aos cuidados oferecidos à população à luz da pesquisa e do ensino.

Limitações

A proposta inicial da presente pesquisa consistia em realizar um planejamento amostral a fim de obtermos dados que seguramente fossem representativos da população estudada. Todavia, em função da ausência de dados recentes do número exato de cirurgiões dentistas que são docentes em instituições de ensino superior privadas e públicas, este cálculo amostral foi impossibilitado de ser realizado. Mesmo diante de extensivos esforços e diversos contatos com órgãos oficiais como CFO, ABENO e MEC (INEP). De modo que optamos por uma amostra por conveniência, onde pudéssemos atingir o maior número de participantes possível. Esta limitação de não termos um cálculo amostral no presente estudo, enaltece uma nova lacuna do conhecimento que abre a oportunidade para que futuras investigações façam um levantamento da distribuição dos cirurgiões dentistas que são docentes em IES brasileiras.

Referências

Autores associados. (2005). Orientações teórico práticas sobre projeto político pedagógico. UNESP: SP Disponível em [Acesso ProgradUNESP](#)

Cavalcanti A.N., Azevedo J.F.; Mathias P. (2017). Harmonização Orofacial: a Odontologia além do sorriso. *Revista Bahiana de Odontologia*. 8(2), PP. 35-6. doi: 10.17267/2238-2720revbahianaodonto.v8i2.1454

Conselho Federal de Odontologia (2020). Brasília, DF. Recuperado de: <https://website.cfo.org.br/cfo-regulamenta-prática-de-procedimentos-cirurgicos-em-harmonização-orofacial/>

Costa Cieila CM. A toxina botulínica nos tratamentos estéticos faciais para a feminização - Relato de caso. *Revista Aesthetic Orofacial Science*. 2022; 3(1):77 a 83.

Custódio, A. L. N.; Franco, A.M.R. Silva.; C. C.; Pacheco, R. F. .; Souza M. S.(2020). Harmonização Facial Cirúrgica:Área de Atuação do Cirurgião-Dentista. *Revista Aesthetic*

Orofacial Science. v. 1, pp. 9-19. <https://doi.org/10.51670/ahof.v1i1.10>

Fonseca, E. P. (2012). As Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do cirurgião-dentista brasileiro. *JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750*, 3(2), 158–178. <https://doi.org/10.14295/jmphc.v3i2.154>

Federal Council of Dentistry (CFO), Brazil. Registered professionals and entities. [accessed 2020 July 8]. <http://website.cfo.org.br/profissionais-cadastrados>

Garbin, C.A.S.; Saliba, N.A.; Moimaz, S.A.S.; Santos, K.T.(2005). O papel das universidades na formação de profissionais na área de saúde. *Revista Da ABENO*, 6(1): 6–10.

Kfoury, M. G.; Moysés S.T.; Gabardo M.C.L.; Moysés S.J.(2017). *British Dental Journal*,V 223(2), 441-445.

Lage, R.H; Almeida S.K.T.T.; Vasconcelos G.A. N.; Assaf A. Vi.; Robles F.R. P.(2020). Ensino e Aprendizagem em Odontologia: Análise de Sujeitos e Práticas. *Revista brasileira de educação médica*. 41(1) <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n1RB20150155>

Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966. Regula o Exercício da Odontologia. Brasil, Brasília, DF. [Acesso em 28 de janeiro de 2021]. Recuperado de:: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5081.htm.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.

Leite, D.F.B.M., Trigueiro, M., Martins, I.M.C.L.B., Lima Neto, T.J., Santos, M.Q.(2012). Perfil socioeconômico de 253 graduandos de Odontologia de uma instituição privada em João Pessoa-PB em 2011. *J Health Sci Inst*. v 30(2): p p.117-9.

Machado, L. L. (2020). Atuação do Cirurgião Dentista na Harmonização Orofacial. (Dissertação de Mestrado Profissional em Pesquisa Clínica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Machado, A. L. R., & Silva, R. H. A. da. (2020). Conhecimento de graduandos em Odontologia sobre a Harmonização Orofacial. *Revista Da ABENO*, 20(2), 16–25. <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v20i2.904>

Martin A. S.; San ; Chisini, L.A.; Martelli S. ; Sartori L. R. M. ; Ramos, E. C.; Demarco, F.F. (2018). Distribuição dos cursos de Odontologia e de cirurgiões-dentistas no Brasil: uma visão do mercado de trabalho. *Revista da ABENO*, 18(1), 63-73. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v18i1.399>

Morita, M. C., Haddad, A. E., Araújo, M. E de. (2010). Perfil Atual e Tendências do Cirurgião Dentista Brasileiro. Editora Dental Press, Maringá, PR.

Palmeira, J. T.; Silva R. M. da ; Cruz J.H. de A. ; Nunes I.S.; Almeida M.S.C.; Figueiredo C.H.M.C.(2020). Ensino de Odontologia Hospitalar no Curso de Odontologia na Região

Nordeste do Brasil. *Revista Interdisciplinar em Saúde*. Cajazeiras, 7 (único): 33-44,doi: 10.35621/23587490.v7.n1

Papazian ,M. F.;Monteiro, L. M.; Crepaldi, A. A.; Crepaldi, M. L. S.; Aguiar, A.P.(2018). Principais aspectos dos preenchedores faciais. *Revista Faípe*. v. 8, n. 1, pp. 101-116.

Pereira, W. (2013). Uma história da odontologia no Brasil. *Revista História & Perspectivas*, volume(25), n. 47, 24 jan. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/21268>. Acesso em: 23 mar. 2022.

Resolução CFO-176, de 06 de setembro de 2016. Conselho Federal de Odontologia. Considera área de atuação do cirurgião dentista. Brasília, DF. Recuperado de <https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2016/176>

Resolução CFO-198, de 29 de janeiro de 2019. Conselho Federal de Odontologia. Reconhece a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica, e dá outras providências, Brasília, DF. Recuperado de: <http://cfo.org.br/website/wp-content/uploads/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFO-198-2019.pdf>. [Acesso em 28 de janeiro de 2021]

Resolução nº 3, de junho de 2021. Diário oficial da união. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. Brasil, Brasília, DF. Recuperado de <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-21-de-junho-de-2021-327321299>

Rizzatti-Barbosa C.M.; Albergaria-Barbosa; J.R.A.; Disciplina de Harmonização Orofacial na Odontologia. (2019). Blog Contox. <https://www.contox.com.br/disciplina-de-harmonizacao-facial-na-graduacao/>

San Martin, A. S., Chisini, L. A., Martelli, S., Sartori, L. R. M., Ramos, E. C., & Demarco, F. F. (2018). Distribuição dos cursos de Odontologia e de cirurgiões-dentistas no Brasil: uma visão do mercado de trabalho. *Revista Da ABENO*, 18(1), 63–73.

<https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v18i1.399>

Suzely Adas Saliba Moimaz.; Lia Borges de Mattos Custodio; Tânia Adas Saliba; Garbin, A.J.Í.; Garbin C.A.S.(2020).Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Odontologia: uma Análise sob a Ótica da Estrutura Textual.*Rev. Ens. Educ. Cienc. Human*. v. 2(14), pp. 498-503. doi: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2020v21n4p498-503>

CAPÍTULO 3

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa traz dados científicos que contribuirão na suplementação da formação acadêmica dos cursos de Graduação de Odontologia Brasileiros no que se refere a inclusão da HOF nos currículos da graduação.

Pois traz sugestões reais e atuais dos participantes para auxiliar na discussão sobre o ensino da Harmonização Orofacial, como participação na formação do futuro Cirurgião Dentista, que por meio das diretrizes curriculares nacionais, trará argumentos para a construção do ensino desta profissão.

Para trabalhos futuros desperta o interesse a novas pesquisas, e eleva o diálogo para estabelecer um conteúdo programático dentro da matriz curricular, que se estabeleça de forma gerenciada e planejada servindo de parâmetro para a disciplina Harmonização Orofacial nacionalmente.

APÊNDICES

Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**PROPOSTA DE INCLUSÃO DA DISCIPLINA HARMONIZAÇÃO OROFACIAL NA MATRIZ CURRICULAR DE PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA**”, realizada pela CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Odontologia – Área de concentração: Ortodontia. Linha de pesquisa: Harmonização Orofacial do Centro Universitário Ingá - UNINGÁ, sob supervisão do professor Prof^a. Dr^a. Célia Marisa Rizzatti Barbosa. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a avaliar a percepção dos professores cirurgiões-dentistas na graduação de odontologia e estudantes a partir do 5^o ano da graduação, de instituições privadas e públicas, acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular de Odontologia.
2. A importância deste estudo é o fato de que atualmente a Harmonização Orofacial é uma especialidade recém regulamentada na Odontologia, com notória demanda, e esta, é uma área científica muito estudada pelos cirurgiões dentistas já formados, e visada pelos graduandos de odontologia. Tal disciplina contribuirá para o processo de conhecimento e aprofundamento do futuro odontólogo, à conteúdos inerentes ao conhecimento precedente e interligados à harmonização orofacial, através do ensino.
3. Os resultados que se desejam alcançar são a concordância entre os entrevistados de que a inclusão da disciplina de Harmonização Orofacial na Graduação de Odontologia, seja veemente necessária. Além disso, obter sugestões acerca da melhor forma de inserir a HOF na matriz curricular da graduação de odontologia, se abordada em disciplinas correlatas ou em disciplinas específicas, periodicidade da oferta, se por ano ou semestre, quantas semanas por período, se como disciplina regular ou optativa, carga horária, e seus tipos de atividades, ora teórica, ora laboratorial, ou prática clínica supervisionada, e atividades não presenciais dentro da instituição, bem como observar a necessidade da reformulação de ementas e conteúdos programáticos do curso. Tudo isso atendendo as necessidades dos acadêmicos em odontologia, através de um projeto pedagógico curricular.
4. A coleta de dados começará em 15 de dezembro de 2021 e terminará em 15 de janeiro de 2022.
5. Para esta pesquisa a amostra será composta por estudantes e professores cirurgiões dentistas que emitirão suas opiniões através de questionários on-line.

6. A sua participação será em todas as etapas descritas acima e sua identidade será totalmente preservada, uma vez que você irá responder ao questionário online anonimamente. Os dados obtidos com este estudo são sigilosos e serão usados para fins exclusivos de pesquisa, conforme os objetivos propostos neste estudo.

7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são mínimos e incluem: inibição, conflito de interesses ou constrangimento com alguma pergunta dos questionários. No entanto, lhe será garantido o direito de conhecer todas as perguntas que irá responder e o direito de não responder alguma pergunta que lhe for formulada. O tempo de resposta de todos os questionários é em torno de 6 minutos, caso você venha a considerar perda de tempo, poderá escolher retirar o seu consentimento, a qualquer momento que desejar, interrompendo a entrevista, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Além disso, caso algum dano decorrente da pesquisa venha a lhe ocorrer, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (de acordo com o Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

8. Ao participar desta pesquisa você terá como principal benefício, integrar um diálogo entre profissionais do Brasil inteiro, e opinar indiretamente, sobre um assunto relevante a comunidade acadêmica, científica e profissional do país. Edificando ainda mais, o avanço da odontologia no país.

9. Você poderá contar com a assistência da CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA, sendo responsável por ela a Prof^a. O Dr^a. CÉLIA MARISA RIZZATTI BARBOSA.

10. A presente pesquisa será realizada respeitando o disposto na Resolução CNS nº 466 de 2012. Onde os participantes terão acesso aos dados através de publicação dos resultados em revista indexada e com corpo editorial. E sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, pois todos os questionários serão respondidos anonimamente, e a divulgação das respostas dos questionários só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

13. Esta pesquisa não acarretará nenhum tipo de custo, devido ao seu caráter exclusivamente virtual. Todavia, caso você tenha alguma eventual despesa relacionada à presente pesquisa, como por exemplo gasto com internet, você será ressarcido(a), sendo garantida a existência de recursos.

Tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente de que só a partir do meu consentimento, irei responder os questionários propostos, bem como dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU

CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO(A) OU OBRIGADO(A).

Endereço da equipe da pesquisa –

Instituição: Centro Universitário Ingá - UNINGÁ
 Endereço: Rod. PR 317, 6114 Parque Industrial 200, Maringá - PR.
 Cidade/CEP: 87035-510
 Telefone: (44) 3033 5009

Contato de urgência: Cieila Caroline Machado Costa

Endereço: Av. Historiador Rubens de Mendonça, N° 1287, Edifício SB Tower, 1º Andar, Sala 103, Cuiabá, Mato Grosso (MT) – Cep 78048-000.
 Telefone: 65 9 9356 3088
 Email: cieilacmcosta@gmail.com

ATENÇÃO: O Comitê de Ética do Centro Universitário Ingá - Uningá, responsável por acompanhar as pesquisas envolvendo seres humanos, do ponto de vista ético, analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Centro Universitário Ingá - Uningá
 Avenida Colombo, 9727 – Sala CPPG – Bloco K
 Contato por e-mail: ceua@uninga.edu.br
 Telefone para contato: (44) 3033-5009 – ramal 5010

Cidade, Maringá _____ de _____ de 2022.

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	<p>CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA Pesquisadora Principal</p>

Apêndice B: Questionário da Pesquisa

Questionário para elaboração de pesquisa que avalia a inclusão de conteúdos sobre Harmonização Orofacial na grade curricular do Curso de Odontologia para Professores e Alunos.

B1- Questionário direcionado aos PROFESSORES de Cursos de Graduação em Odontologia

1 Qual é o seu gênero

- Feminino
- Masculino

2 Qual é a sua idade?

____anos

3 Qual a Região do Brasil em que você atua como docente?

- Norte
- Nordeste
- Centro Oeste
- Sudeste
- Sul

4 Em qual estado você reside?

- AC
- AL
- AP
- AM
- BA
- CE
- ES
- GO
- MA
- MT
- MS
- MG
- PA
- PB
- PR
- PE
- PI
- RJ
- RN
- RS
- RO
- RR
- SC
- SP
- SO
- TO
- DF

5 Em qual estado ou estados você atua como docente?

- AC
- AL
- AP
- AM
- BA
- CE
- ES
- GO
- MA
- MT
- MS
- MG
- PA
- PB
- PR
- PE
- PI
- RJ
- RN
- RS
- RO
- RR
- SC
- SP
- SO
- TO
- DF

6 Atualmente, você trabalha em instituição de Ensino:

- Pública
- Privada
- Ambos

7 Há quanto tempo você se graduou em Odontologia?

_____ Anos

8 Há quanto tempo você é docente de Odontologia?

_____ Anos

9 Por favor, qual é a sua especialidade Odontológica? Marque até duas caso tenha.

- Cirurgia Bucomaxilofacial
- Odontopediatria
- Endodontia
- Periodontia
- Odontogeriatría
- Prótese Dentária

- Implantodontia
- Ortodontia
- Dentística
- Harmonização Orofacial
- Estomatologia
- Odontologia Legal
- Odontologia do Trabalho
- Patologia Oral e Maxilo Facial
- Radiologia Odontológica e Imaginologia
- Odontologia em Saúde Coletiva
- Acupuntura
- Homeopatia
- Odontologia do Esporte
- Ortopedia Facial do Maxilares
- Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial
- Odontologia para Pacientes Especiais
- Prótese Bucomaxilofacial
- Ausência de Especialidade

10 Em sua opinião, o Cirurgião Dentista pode ser importante na aparência da face?

- Sim. Porque o Cirurgião Dentista possui capacidade cognitiva e habilidades técnicas para este fim
- Sim. Porque este profissional já adquire, em seu curso de graduação, habilidade para com os cuidados da face, limitando apenas aos cuidados da saúde dental
- Não considero que o Cirurgião Dentista interfira na aparência da face

11 Por favor, o que você considera como área de atuação do Cirurgião Dentista?

- A cavidade oral
- Toda a área localizada superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto násio (ossos próprios de nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins
- Não existe limite na face, para a atuação do Cirurgião Dentista

12 Por gentileza, você sabia que a Harmonização Orofacial (HOF) é uma especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) através da RESOLUÇÃO CFO-198, de 29 de janeiro de 2019, desde que o Cirurgião Dentista possua conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação?

- Sim. Acompanho as novidades da Odontologia através de informativos advindos do Conselho Federal de Odontologia.
- Não. Pois não sei quais são todas as áreas de especialidades da Odontologia atualmente.
- Não vejo relevância nesse assunto.

13 Você sabia que o reconhecimento da especialidade HOF pelo CFO motivou algumas Faculdades de Odontologia a adicionarem a disciplina HOF, em suas grades curriculares dos cursos de graduação.

- Sim, eu acompanho esse processo.
- Não, eu desconheço esta informação.
- Sim, pois minha instituição já adicionou esta área no curso regular de graduação.

14 Considerando a disciplina HOF e a intimidade desta com as demais disciplinas da formação acadêmica do odontólogo, você concorda com a inclusão desta disciplina no curso de graduação em Odontologia?

- Sim. O seu conteúdo deve ser apresentado gradualmente, desde o primeiro ano da graduação até o último, juntamente com as demais disciplinas.
- Sim. Todo o conteúdo deve ser apresentado no último ano da graduação, como uma única disciplina.
- Não. Porque, no ensino da Odontologia, não é prioridade ensinar aspectos relacionados à HOF.

15 Levando em conta as Diretrizes Curriculares Nacionais, que estabelecem a formação de um profissional integral na Odontologia, você acredita viável o aprendizado de assuntos referentes a materiais biológicos, protocolos e técnicas de intervenção relacionados à HOF?

- Sim. Desde a Graduação.
- Sim. Em cursos de Extensão de Curto Prazo.
- Sim. Em cursos de Especialização.
- Não considero viável este aprendizado ao Cirurgião Dentista.

16 Em sua opinião, qual seria a periodicidade ideal da disciplina HOF na graduação?

- Deveria ser apresentada gradualmente, a partir do início da graduação.
- Deveria ser apresentada totalmente, apenas em um determinado semestre
- Não seria necessária essa disciplina na graduação

17 A carga horária para a disciplina de HOF, deveria dispor de:

- Aulas teóricas apenas, com a exposição do conteúdo teórico e discussão de casos clínicos
- Aulas teóricas e prático-laboratorial do conteúdo e discussão de casos clínicos
- Aulas teóricas, prático-laboratorial e atendimento clínico supervisionado
- Aulas teóricas, prático-laboratorial e atendimento clínico sem supervisão
- Não considero necessário ensinar conteúdos sobre HOF na graduação

18 Qual seria a frequência ideal para o ensino de uma disciplina de HOF, envolvendo aulas teórico-laboratoriais e atendimento clínico?

- Aulas semanais, do início ao final do curso de graduação
- Aulas quinzenais, do início ao final do curso de graduação
- Aulas mensais, do início ao final do curso de graduação
- Todas as aulas apresentadas em um único semestre de graduação

Não considero necessário ensinar assuntos sobre HOF

19 Por favor, em sua opinião, qual seria a melhor opção para a disciplina HOF no curso de Graduação?

Disciplina Obrigatória

Disciplina Optativa

Disciplina Eletiva

Não considero viável uma disciplina de HOF no curso de Graduação

20 Por gentileza, em sua opinião, você acredita que haveria concordância da Diretoria e da Coordenação de Graduação da Instituição de Odontologia na qual você trabalha para a implantação de uma disciplina de HOF na grade curricular do curso de graduação?

Sim

Não

Não tenho opinião formada a esse respeito

Já houve a aprovação de ambos, e já temos essa disciplina em andamento.

21 Por gentileza, em sua opinião, você acredita que haveria engajamento da maioria do corpo docente da Faculdade de Odontologia na qual você trabalha para a implantação de uma disciplina de HOF na grade curricular do curso de graduação?

Sim

Não

Não tenho opinião formada a esse respeito

22 Ainda seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais no ensino da odontologia, qual das opções abaixo você prefere?

A inclusão de uma disciplina Harmonização Orofacial na Graduação de Odontologia.

A inclusão de conteúdos programáticos sobre a harmonização orofacial nas várias disciplinas da graduação de Odontologia.

Não tenho opinião formada a esse respeito

B2- Questionário direcionado aos ALUNOS da graduação de Odontologia

1 Identificação de gênero

Feminino

Masculino

2 Qual a sua idade?

_____ Anos

3 Qual a sua Região do Brasil?

Norte

Nordeste

Centro Oeste

Sudeste

Sul

4 Em qual estado você reside?

AC

AL

AP

AM

BA

CE

ES

GO

MA

MT

MS

MG

PA

PB

PR

PE

PI

RJ

RN

RS

RO

RR

SC

SP

SO

TO

DF

5 A sua instituição de Ensino é :

- Pública
- Privada

6 Em que ano da graduação em Odontologia você está?

- Estou no terceiro ano
- Estou no quarto ano
- Estou no quinto ano

7 Por favor, o que você considera como área de atuação do Cirurgião Dentista?

- A cavidade bucal, exclusivamente.
- Superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto násio (ossos próprios de nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins.
- Não existe limite para a atuação do cirurgião dentista na face.
- Não sei.

8 Em sua opinião, Cirurgião Dentista tem importância social nos cuidados gerais da face?

- Sim
- Não
- Não tenho opinião formada sobre isso

9 Se, na questão de cima, você respondeu SIM, porque você acredita que o Cirurgião Dentista tenha responsabilidade social nos cuidados da face?

- Porque, desde o início da sua formação acadêmica, estuda sobre a saúde humana, desenvolve habilidades técnicas, aprende sobre materiais e métodos a serem utilizados nos atendimentos clínicos
- Porque, durante a graduação, o Cirurgião Dentista estuda ciências sociais o bastante para saber sobre cuidados da face
- Não tenho opinião formada sobre o assunto

10 Você sabia que a Harmonização Orofacial (HOF) é uma especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia através da RESOLUÇÃO CFO-198, de 29 de Janeiro de 2019, desde que o Cirurgião Dentista possua conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação?

- Sim
- Não

11 O reconhecimento da HOF com especialidade da Odontologia pelo CFO motivou algumas faculdades a adicionarem, na grade curricular da graduação, uma disciplina regular de HOF. Você tem conhecimento disso?

- Sim
- Não

12 Em sua opinião, assim como nas outras áreas do ensino em Odontologia, é importante conhecer o conteúdo preconizado pela HOF .

- concordo

- discordo
- não tenho opinião formada sobre o assunto

13 Você gostaria de aprender mais sobre materiais, técnicas e protocolos da HOF?

- Não
- Sim. Desde a minha graduação
- Sim. Num curso de especialização

14 Você concorda com a inclusão da HOF como disciplina regular no curso de graduação de Odontologia?

- Sim
- Não
- Não tenho opinião formada sobre o assunto

15 Em sua opinião, qual poderia ser a periodicidade ideal da disciplina HOF na graduação?

- Deveria ser semestral, a partir do início até o final do curso de graduação, com a implementação gradual de conhecimento
- Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente apenas em um determinado semestre, não importando o ano
- Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no primeiro ano
- Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no segundo ano
- Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no terceiro ano
- Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no quarto ano
- Deveria ser uma disciplina apresentada totalmente no quinto ano
- Não considero necessária essa disciplina na graduação

16 Técnicas de Preenchimento com Ácido Hialurônico, são procedimentos realizados com frequência pelo cirurgião dentista.

- Sim
- Não
- Desconheço

17 O uso da Toxina Botulínica é frequente no atendimento odontológico para tratamentos terapêutico, funcional e estético.

- Sim
- Não
- Desconheço

18 Fios Faciais são protocolos realizados na odontologia no tratamento preventivo à flacidez e proporcionam um efeito lifting na face e pescoço.

- Sim
- Não
- Desconheço

ANEXOS


Enviar Anexar Descartar ...

CRD MT CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO

Rua 5, Q12, Lt. 7, St. A,
Centro Político Administrativo,
Cuiabá, MT - CEP 78049-035
3644 2002
0800 723 2510

ALAN VICTOR RIBEIRO DA SILVA
Assistente Administrativo

(65) 98127-9701
(65) 2193-7516



Em Terça-feira, 23-11-2021 no 16:44 José de Figueiredo Loureiro Jr escreveu:


Disponibilizar a relação das instituições de ensino com graduação em odontologia no estado de MT.

CRD MT CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO

Rua 5, Q. 12, Lt. 7 - St. A
Centro Político Administrativo
Cuiabá, MT - CEP: 78049-035
(65) 3644-2002
0800 723 2510

DR. JOSÉ DE FIGUEIREDO LOUREIRO JUNIOR
Secretário

(65) 98127-9701
(66) 2193-7505



Enviar Descartar ... Rascunho salvo às 22:00

FACULDADE INGÁ /
UNINGÁ/PR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Proposta de inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular de Programa de Graduação em Odontologia

Pesquisador: CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 53075021.7.0000.5220

Instituição Proponente: Faculdade Ingá / UNINGÁ/PR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.108.619

Apresentação do Projeto:

De acordo com as informações apresentadas na PB_Informações básicas do projeto apresentada pelo pesquisador CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA, no projeto intitulado Proposta de inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular de Programa de Graduação em Odontologia, versão 1, submetido dia 19/10/2021, CAAE nº 53075021.7.0000.5220: A presente pesquisa trata da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na graduação de Odontologia. Para a realização deste estudo, foi selecionada de maneira aleatória e probabilística uma amostra de 2.385 Cirurgiões-dentistas, sendo estes professores de instituições brasileiras

(das cinco regiões do país), privadas ou públicas do curso de graduação em Odontologia, e 2.301 alunos destes cursos. O estudo possui caráter descritivo-exploratório, de abordagem quantitativa, e os resultados serão obtidos a partir de questionário online, com autorização prévia dos participantes através de assinatura do TCLE. De posse dos resultados, os mesmos serão analisados estatisticamente.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com as informações apresentadas na PB_Informações básicas do projeto apresentada pelo pesquisador CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA, no projeto intitulado Proposta de inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular de Programa de Graduação em

Endereço: Rodovia BR 317, n 6114 - Bloco G, Sala 24
Bairro: Saída para Astorga **CEP:** 87.035-510
UF: PR **Município:** MARINGA
Telefone: (44)3033-5040 **Fax:** (44)3225-5009 **E-mail:** comitedeetica@uninga.edu.br

FACULDADE INGÁ /
UNINGÁ/PR



Continuação do Parecer: 5.108.619

Odontologia, versão 1, submetido dia 19/10/2021, CAAE nº 53075021.7.0000.5220, os objetivos da pesquisa são: Compreender a percepção dos profissionais e estudantes acerca da inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular de Odontologia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com as informações apresentadas na PB_Informações básicas do projeto apresentada pelo pesquisador CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA, no projeto intitulado Proposta de inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular de Programa de Graduação em Odontologia, versão 1, submetido dia 19/10/2021, CAAE nº 53075021.7.0000.5220, os riscos são: Os possíveis riscos aos participantes serão mínimos uma vez que será usado um questionário online. Porém, alguns incômodos como por exemplo,

inibição, conflito de interesses ou constrangimento com alguma pergunta do questionário são possíveis riscos. No entanto, será garantido o direito de o participante conhecer todas as perguntas que irá responder e o direito de não responder alguma pergunta que lhe for formulada. O inconveniente ao participar do estudo é a necessidade de dedicar um tempo de resposta do questionário em torno de 6 minutos. Caso o participante venha a considerar perda de tempo, poderá escolher retirar o seu consentimento, a qualquer momento que desejar, interrompendo o preenchimento do formulário, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Os benefícios são: Os benefícios esperados com esta pesquisa são estimados a longo prazo, pois contemplam o futuro profissional na odontologia, a inclusão de uma disciplina de caráter inovador, que somada ao conhecimento do núcleo básico dessa formação acadêmica, seguindo as diretrizes curriculares nacionais de ensino na odontologia, contribuirão para aproximar o conhecimento clínico, com integração curricular, num processo fundamental de ensino e aprendizagem. Essa é uma pesquisa promissora para a inclusão de uma disciplina nova, muito buscada pelos estudantes de odontologia, e que possui uma oferta de atendimento que trará benefícios também para toda a população e seus interlocutores. A vista é para a abertura no mercado profissional, inovações tecnológicas, e industriais, relacionadas a essa área, gerando também novas oportunidades de emprego e renda, e de ofertas aos cuidados de saúde da população, que receberá ainda de forma mais acessível, atendimentos por profissionais capacitados, para oferecer serviços em saúde de qualidade. Para essa estruturação de ensino em odontologia, os fundamentos preconizados pelas diretrizes curriculares nacionais da odontologia, serão atendidos e alunos e professores poderão participar de um diálogo entre profissionais do Brasil, onde emitirão anonimamente sua opinião e contribuirão com uma discussão relevante e

Endereço: Rodovia BR 317, n 6114 - Bloco G, Sala 24
Bairro: Saída para Astorga **CEP:** 87.035-510
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3033-5040 **Fax:** (44)3225-5009 **E-mail:** comitedeetica@uninga.edu.br

FACULDADE INGÁ /
UNINGÁ/PR



Continuação do Parecer: 5.108.619

necessária na comunidade acadêmica, científica e profissional do país. Edificando ainda mais, o conhecimento da odontologia, o que é essencial.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com as informações apresentadas na PB_Informações básicas do projeto apresentada pelo pesquisador CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA, no projeto intitulado Proposta de inclusão da disciplina Harmonização Orofacial na matriz curricular de Programa de Graduação em Odontologia, versão 1, submetido dia 19/10/2021, CAAE nº 53075021.7.0000.5220, trata-se de estudo prospectivo. Patrocínio: financiamento próprio. Nº Participantes brasileiros: 4686. Início previsto para 01/12/2021 e término em 29/04/2022.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos de apresentação obrigatória

Recomendações:

Vide campo "Conclusão ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação "relatório" para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI, 2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1844485.pdf	19/10/2021 23:42:01		Aceito
Outros	termo_de_compromisso_de_utilizacao_de_dados_tcu.pdf	19/10/2021 23:32:09	CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_tcle.pdf	19/10/2021 23:17:21	CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_de_anuencia_e_existencia_de_infraestrutura.pdf	19/10/2021 23:16:36	CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_dos_pesquisadores.pdf	19/10/2021 23:14:54	CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA	Aceito

Endereço: Rodovia BR 317, n 6114 - Bloco G, Sala 24
Bairro: Saída para Astorga **CEP:** 87.035-510
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3033-5040 **Fax:** (44)3225-5009 **E-mail:** comitedeetica@uninga.edu.br

FACULDADE INGÁ /
UNINGÁ/PR



Continuação do Parecer: 5.108.619

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_brochura_investigado r_plataforma_brasil.docx	19/10/2021 23:14:29	CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_pesquisa_envolvendo_s eres_humanos.pdf	19/10/2021 23:13:59	CIEILA CAROLINE MACHADO COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGA, 16 de Novembro de 2021

Assinado por:
Daiane Pereira Camacho
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia BR 317, n 6114 - Bloco G, Sala 24
Bairro: Saída para Astorga **CEP:** 87.035-510
UF: PR **Município:** MARINGA
Telefone: (44)3033-5040 **Fax:** (44)3225-5009 **E-mail:** comitedeetica@uninga.edu.br

Sobre a Revista

A Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC) é uma publicação da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC) e tem como objetivo disseminar resultados e reflexões advindos de investigações conduzidas na área de Educação em Ciências, com ética e eficiência, de forma a contribuir para a consolidação da área, para a formação de pesquisadores, e para a produção de conhecimentos em Educação em Ciências, que fundamentem o desenvolvimento de ações educativas responsáveis e comprometidas com a melhoria da educação científica e com o bem estar social.

Atualmente, ela está classificada como A2 no QUALIS CAPES das áreas de Educação e Ensino.

e-ISSN: 1984-2686 ISSN:1806-5104

Acesso

A Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências tem **acesso aberto** e livre de taxas para submissão, leitura e download de artigos. Utiliza o *Open Journal Systems* (OJS), sistema de código livre gratuito para a administração e a publicação de revistas, desenvolvido com suporte e distribuição pelo [Public Knowledge Project](#) sob licença GNU General Public License.

A revista adota a licença [Creative Commons](#) (CC BY), que permite o compartilhamento e a adaptação do material publicado em qualquer meio ou formato e para qualquer propósito desde que tal material seja adequadamente referenciado. Para detalhes adicionais sobre como isto deve ser feito, sugerimos consultar as normas desta licença disponíveis no link acima.

Histórico da Revista

A Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências foi criada em 2001 e lançada oficialmente no III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (III ENPEC, Atibaia, SP, 7 a 10 de novembro de 2001). A partir de então, tem sido publicada regularmente, com periodicidade quadrimestral passando a publicar na modalidade de fluxo contínuo a partir de 2019.

Desde 2017 a RBPEC está registrada no sistema Digital Object Identifier (DOI) e associa aos nomes dos autores de seus artigos os respectivos identificadores ORCID (Open Researcher and Contributor ID). Assim, todos os artigos publicados a partir de 2017 têm seu identificador único associado e o identificador digital persistente para o autor.

Seus editores anteriores foram os professores: Marco Antonio Moreira, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Eduardo Mortimer, da Universidade Federal de Minas Gerais (2001 a 2005); Isabel Martins, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006 a 2010); Alberto Villani e Cristiano Mattos, ambos da Universidade de São Paulo (2011 a 2015);

Rosária Justi , da Universidade Federal de Minas Gerais (2015 a 2021) e Lúcia Helena Sasseron, da Universidade de São Paulo (2020 a 2021).

A RBPEC, em 2019, passou a contar com editores associados. Desempenharam esta função os/as professores/as Alessandro Gomes, da Universidade Federal de São João Del Rei (2019 a 2021), Cristiano Moura, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ (2019 a 2021), Maíra Batistoni, da Universidade de São Paulo (2019 a 2021), Marta Maximo, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ (2020 a 2021) e Stefannie Ibraim, da Universidade Federal de Minas Gerais (2019 a 2021).

Atualmente, temos uma editoria que conta com as seguintes Professoras: Silvania Sousa do Nascimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; Suzani Cassiani, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; Márcia Gorette Lima da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; Aline Andréia Nicolli, Universidade Federal do Acre, Brasil e Alice Alexandre Pagan, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil.

Política de Avaliação: Avaliação pelos pares

Este periódico adota a política de **avaliação por pares duplamente cega**. Isto significa que os árbitros não conhecem a identidade dos autores e os autores não conhecem a identidade dos árbitros que avaliaram seu texto. Isto é extremamente importante para garantir a idoneidade do processo de avaliação dos manuscritos.

Os árbitros que analisam as submissões são pesquisadores brasileiros e estrangeiros, com título de doutor e experiência de publicação em periódicos indexados. Os árbitros que colaboram em cada ano têm seu nome publicado no último número do volume correspondente.

Para que o processo de avaliação possa ocorrer desta maneira, **o texto submetido não deve conter informações que identifiquem os autores**, isto é:

- nome, sobrenome e filiação do(s) autor(es) (no corpo do texto ou na identificação do arquivo);
- local onde o trabalho empírico foi realizado. Esta informação deve ser substituída por algo genérico (por exemplo, grande cidade do nordeste do Brasil);
- referências do(s) próprio(s) autor(es). No caso de ser necessário inserir alguma referência do(s) próprio(s) autor(es), ela deve aparecer no texto como (Autor, ano) ou (Autor e colaborador, ano) e na lista de referências da forma mais genérica possível. Por exemplo:

Autor (ano). Nome do periódico em que o artigo foi publicado.

Autor (ano). Trabalho apresentado em conferência (nacional ou internacional).

Autor (ano). Natureza do trabalho acadêmico (trabalho de conclusão de curso de Graduação, dissertação de Mestrado, tese de Doutorado).

- agradecimentos que contribuam para a identificação do(s) autor(es);

- qualquer identificação nas propriedades do documento. Tal informação deve ser removida antes da submissão do arquivo. Conforme [ORIENTAÇÕES](#).

Após o texto ser submetido, todos esses aspectos são conferidos.

- No caso de existência de alguma identificação, a submissão é rejeitada com a indicação de que o texto seja resubmetido sem os elementos que identificam o(s) autor(es). Neste caso, o(s) autor(es) tem um prazo de **5 dias** para submeter a versão sem identificação. Caso isto não aconteça, entendemos que não há mais interesse do(s) autor(es) em publicar seu trabalho na RBPEC.
- No caso de o texto submetido estar fora do escopo da RBPEC e/ou não seguir alguma das [Normas para Submissão](#) (por exemplo, número mínimo de páginas, utilização adequada da norma bibliográfica etc.), a submissão é rejeitada com os devidos esclarecimentos. Sempre que possível, a editoria indica outro periódico mais adequado para aquela submissão.

Quando a submissão é aceita, o texto é submetido à análise no software identificador de plágio. Se algum problema é encontrado, a submissão é imediatamente rejeitada. Neste caso, seus autores são informados do motivo da rejeição e recebem o relatório gerado pelo software. Se nenhum problema relacionado com plágio é encontrado, o texto é encaminhado a dois árbitros selecionados pelo editor. Esses árbitros devem ser especialistas na área e/ou temática do manuscrito e não devem possuir vínculos institucionais ou de grupo de pesquisa com o(s) autor(es). Os árbitros são orientados a não incluírem nenhuma identificação em seus comentários ou em possíveis arquivos anexados aos mesmos. Isto também é conferido antes de os comentários serem enviados aos autores.

Quando a editoria recebe os comentários dos dois árbitros, é feita a leitura do texto submetido e desses comentários. A partir daí, é redigido um parecer final contendo a decisão a ser encaminhada ao(s) autor(es). No caso de os comentários dos dois árbitros apontarem para decisões muito distintas, um terceiro árbitro é convidado a analisar o artigo.

Diretrizes para Avaliação

Os possíveis resultados do processo de avaliação são:

- **Aceitação**

Critérios: O texto apresenta um trabalho de pesquisa na área de Educação em Ciências ou em área que se relaciona diretamente a ela; discute um tema relevante; e traz contribuições para a área de pesquisa em Educação em Ciências. A(s) justificativa(s) para a condução do estudo é(são) relevante(s) e coerente(s) com a literatura da área. Os objetivos e/ou questões de pesquisa estão contextualizados em relação à pesquisa da área e estão claramente formulados. A metodologia (empírica ou teórica) é coerente com os objetivos e/ou questões de pesquisa e foi adequadamente executada. As conclusões se relacionam aos os objetivos e/ou questões de pesquisa e são sustentadas por resultados apresentados na análise dos dados ou na argumentação teórica. As referências bibliográficas utilizadas são atuais e pertinentes e a linguagem utilizada em todo o texto é clara e correta.

Encaminhamento: Neste caso, o(s) autor(es) tem um prazo de *10 dias para submeter a versão final*, contendo todas as informações omitidas anteriormente para evitar a identificação do(s) mesmo(s). Nesse prazo o autor deve ainda atualizar os metadados da submissão adicionando o identificador ORCID, caso ainda não o tenha feito no momento da submissão conforme orientações disponíveis no [tutorial para autores de acesso e perfil](#).

- **Revisão simples**

Critérios: O texto atende os critérios para aceitação, mas alguns pequenos ajustes são necessários em relação a aspectos específicos.

Encaminhamento: Neste caso, o(s) autor(es) tem um prazo de *20 dias para submeter: a versão revista*, na qual devem ter sido introduzidas as modificações solicitadas na mensagem de decisão; e *uma carta explicando como as solicitações dos árbitros ou da editoria foram (ou não) consideradas*. Na versão revista, todos os trechos alterados devem ser destacados com fonte de cor diferente de preta, de forma a facilitar o processo de análise das modificações solicitadas. A versão revista não deve conter nenhuma identificação do(s) autor(es).

- **Revisão de monta**

Critérios: O texto apresenta um trabalho de pesquisa na área de Educação em Ciências ou em área que se relaciona diretamente a ela; discute um tema relevante; e tem potencial para contribuir para a área de pesquisa em Educação em Ciências. Entretanto, um ou mais aspectos necessitam ser modificados de forma significativa para que os critérios de aceitação sejam atendidos.

Encaminhamento: Neste caso, o(s) autor(es) tem um prazo de *30 dias para submeter: a versão revista*, na qual devem ter sido introduzidas as modificações solicitadas na mensagem de decisão; e *uma carta explicando como as solicitações dos árbitros ou da editoria foram (ou não) consideradas*. Na versão revista, todos os trechos alterados devem ser destacados com fonte de cor diferente de preta de forma a facilitar o processo de análise das modificações comentadas na carta. A versão revista não deve conter nenhuma identificação do(s) autor(es).

- **Rejeição**

Critérios: O texto não apresenta um trabalho de pesquisa na área de Educação em Ciências ou em área que se relaciona diretamente a ela; ou não discute um tema relevante. O manuscrito não traz contribuições para a área de pesquisa em Educação em Ciências porque (i) existem muitos pontos fracos no estudo que lhe deu origem; (ii) um ou mais pontos fracos não podem ser melhorados (por exemplo, por falta de dados suficientes para discutir um aspecto importante); ou (iii) as conclusões não são sustentadas por resultados apresentados na análise dos dados ou na argumentação teórica.

Nos últimos dois anos, temos buscado diminuir significativamente o tempo entre a submissão e a decisão. Nossa meta é que este tempo seja menor do que seis meses.

Nos casos em que tiver sido estipulado um prazo para que o(s) autor(es) submeta(m) uma outra versão de seu manuscrito, **se o prazo vencer sem que o(s) autor(es) tenha(m) se manifestado**, a submissão é arquivada definitivamente.

Como parte do processo de produção do arquivo para publicação, os autores são solicitados a conferir uma versão preliminar do mesmo, com o objetivo de identificar possíveis incorreções. Após a aprovação desse arquivo pelos autores, não são aceitos pedidos de modificação nos arquivos publicados.

Arquivamento

A Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivos distribuídos entre as bibliotecas participantes e permite que eles criem arquivos permanentes de periódicos para preservação e restauração.

[RBPEC - Manifesto de Publicação do LOCKSS.](#)

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados neste periódico serão usados exclusivamente para os serviços aqui prestados, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Casos de Má Conduta

A Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC) segue o Código de Conduta e as Orientações de Boas Práticas para Editores de Periódicos definidos internacionalmente pelo Comitê de Ética em Publicações ([COPE](#)).

A identificação de qualquer tipo de má conduta pelos autores (por exemplo, plágio, autoplágio, submissão simultânea em mais de um periódico) é motivo para cancelamento da submissão, podendo este ato ser seguido de outras medidas com as quais os autores concordam na Declaração de Direito Autoral. Caso a identificação de má conduta ocorra após a publicação, o artigo será excluído do volume no qual foi publicado e, em seu lugar, será publicado um arquivo explicando aos leitores o motivo da exclusão do arquivo original.

Conflito de Interesses

O(s) autor(es) devem declarar qualquer conflito de interesse envolvendo, por exemplo, fontes de financiamento ou qualquer tipo de suporte externo para a condução do estudo.

Aspectos Éticos

Taxa de Publicação

Este periódico não cobra taxas de publicação.

Idioma

- [English](#)
- [Español \(España\)](#)
- [Português \(Brasil\)](#)

Enviar Submissão

[Enviar Submissão](#)

Informações

- [Para Leitores](#)
- [Para Autores](#)

Desenvolvido por

[Open Journal Systems](#)

Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC). Editada em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. e-ISSN: 1984-2686 - ISSN:1806-5104

Esta obra está licenciada com uma Licença **Creative Commons Atribuição 4.0**

Internacional

